

Revista

Ano XV - Nº. 90
jul./ago. - 2023

Poli



Fechamento autorizado -
pode ser aberto pelos correios

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

ENTREVISTA
Secretária detalha plano nacional para atender demandas de pessoas com deficiência

EDUCAÇÃO
Especialistas discutem as transformações trazidas pela Inteligência Artificial no ensino



RELAÇÕES TRABALHISTAS FRÁGEIS

Com recém-completados 80 anos, CLT precisa repensar seus caminhos: até onde um país pode chegar sem garantia de direitos para boa parte de seus trabalhadores?

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br



EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@epsjvFiocruz



epsjv/Fiocruz



epsjv - Fiocruz



+55 (21) 96473-6462* *Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

Ano XV - Nº 90 - jul./ago. - 2023

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação

Profissional em Saúde

ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Edição

Erika Farias

Juliana Passos

Talita Rodrigues

Reportagem

Erika Farias

Juliana Passos

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Foto da capa

Henrique Hanemann (Unsplash)

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo

Portal EPSJV

André Antunes

Mídias Sociais

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editores Assistentes de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

13.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alda Lacerda Etelcia Molinaro

Alexandre Moreno Ingrid D'avilla

Ana Cristina dos Reis Letícia Batista

Anamaria Corbo Marcia Valéria Morosini

Cristiane Braga Monica Vieira

Edilene Pereira Valéria Carvalho

SUMÁRIO

2

NOTAS

4

CAPA

CLT completa 80 anos em 2023, em meio a embates por ampliação e retomada de direitos trabalhistas

10

CONTROLE SOCIAL

17ª Conferência Nacional de Saúde: diversidade e defesa dos direitos humanos marcam edição

14

ENTREVISTA

Anna Paula Feminella

'As ações para superarmos a violação de direitos das pessoas com deficiência passam por uma mudança cultural da sociedade'

18

SAÚDE

Cigarros eletrônicos e artesanais ganham preferência dos usuários e preocupam especialistas

22

EDUCAÇÃO

Inteligência Artificial na Educação

27

DICIONÁRIO

Ensino propedêutico

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site

www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360

Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br



●● MEC encerra Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

A decisão de encerrar de forma progressiva o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) foi publicada no Diário Oficial, em 19 de julho de 2023, por meio do Decreto Presidencial nº 11.611 de 2023. A decisão dá o prazo de 30 dias para a criação, por parte do Ministério da Educação (MEC), do plano de transição para o encerramento das escolas de forma pactuada com as secretarias dos Estados, do Distrito Federal e municípios responsáveis pelas escolas vinculadas

ao Programa. Uma semana antes, o MEC distribuiu um ofício para os secretários de educação em que informa o “progressivo encerramento do Programa”, após um processo de avaliação sobre o Pecim, que foi criado em 2019 e é um marco do governo Jair Bolsonaro. O fim de recursos federais para essas escolas não exclui a continuidade dessa modalidade pelos Estados. Um levantamento do portal Poder 360, publicado em 14 de julho de 2023, mostrou que 19 governos estaduais têm interesse em dar continuidade ao programa, sete disseram que ainda não tem essa definição e apenas Alagoas declarou que encerrará o programa definitivamente.

●● Relatório aponta que violência contra povos indígenas se intensificou em 2022

MARIANA OLIVEIRA/CIMI



O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou, em julho de 2023, seu relatório anual com o mapeamento de agressões contra povos indígenas. Em 2022, os registros de violência contra patrimônios indígenas totalizaram 1.334 ocorrências, sendo a principal delas a “omissão e morosidade na regularização de terras”, com 887 casos. Conflitos por direitos territoriais aconteceram 158 vezes e houve 309 casos de invasões ou exploração ilegal de recursos em pelo menos 218 terras indígenas (TI). Os registros de “Violência contra a Pessoa” somaram 416 casos e incluem ameaças (87); assassinatos (180); homicídio culposo (17); tentativas de assassinato (28); e violência

sexual (20). O somatório é ainda maior do que 2021, em que foram registrados 355, até então o maior número registrado desde 2013. “Esse conjunto de situações aponta que, durante o governo Bolsonaro, constituiu-se um ambiente de extrema perversidade na relação dos órgãos e agentes de Estado com os povos indígenas. Estruturou-se uma espécie de “ecossistema” ligando as violações ao direito territorial e à saúde, que une,

por um lado, falta de demarcação e de assistência e, por outro, as invasões e danos causados por diferentes práticas”, diz o relatório, que ainda exemplifica as violações: “Não é por acaso que, além do grande número de TIs afetadas por desmatamento, extração ilegal de madeira, caça e pesca ilegais, garimpo e mineração, identificamos, em 2022, pelo menos 37 TIs afetadas por danos ou invasões ligadas à criação de gado, monocultivos e arrendamento de terras; e pelo menos 27 sofreram violações ligadas à retirada, retenção ou poluição de cursos d’água e rios. Foram registrados, além disso, casos de danos e contaminação de pessoas e do ambiente por uso de agrotóxicos em 23 TIs”. O relatório mapeou ainda 835 mortes de crianças de 0 a 4 anos a partir de dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), concentradas nos estados do Amazonas (233), Roraima (128) e Mato Grosso (133). Essas mortes são entendidas como omissão do poder público diante da fome, desnutrição de crianças, acesso a vacinas e a medicamentos.



Governo recria Programa de Aquisição de Alimentos

MAICON VEIRICK/MST



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 20 de julho de 2023, a Medida Provisória que recria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A MP foi enviada ao Congresso em março de 2023 e aprovada quatro meses depois, convertida na Lei nº 14.628. Com o programa,

cada unidade produtiva poderá vender até R\$15 mil para o governo federal, que converterá os alimentos em doação para pessoas em vulnerabilidade social e para formação de estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os agricultores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) terão prioridade no programa. A lei que recria o PAA inclui ainda a criação do Programa Cozinha Solidária, que fornecerá alimentação gratuita a pessoas em situação de rua e com insegurança alimentar e é motivada pelo grande número de empreendimentos desse tipo surgidos durante a pandemia.

A produção da agricultura familiar brasileira corresponde à oitava do mundo, de acordo com o Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e reúne 3,9 milhões de estabelecimentos. Ela é responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária e por 67% das ocupações no campo. Além da produção, contribui para a economia, respondendo por 40% da renda da população economicamente ativa e a dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total de cidades brasileiras.



Ministério da Saúde destina R\$ 90 milhões para Programa Saúde na Escola

O Programa Saúde na Escola (PSE) teve adesão de 99% dos municípios brasileiros para o período de 2023/2024, informou o Ministério da Saúde, que destinará R\$90,3 milhões para as cidades brasileiras que aderiram ao programa. A previsão do Ministério é de que mais de 25 milhões de estudantes sejam assistidos. Criado em 2007 com o objetivo de promover ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, a edição atual tem como temas prioritários a alimentação saudável, saúde mental, prevenção de violências

e acidentes, promoção da cultura de paz e direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva, além de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Os repasses previstos para o próximo ano levarão em conta dois indicadores. O primeiro é o percentual de escolas que realizaram ações do PSE no município, que reflete a cobertura das ações nas escolas e corresponderá a 80% do valor repassado. O segundo indicador aponta o percentual de escolas pactuadas que realizaram ações prioritárias para o período de 2023/2024 no município. O município que não registrar as ações do Programa não receberá o incentivo financeiro em 2024.



População quilombola no Brasil soma mais de um milhão de pessoas

Uma das principais novidades da edição do Censo 2022 foi a inclusão de quilombolas, população formada por 1.327.802 pessoas, o que significa 0,65% do total de brasileiros. De acordo com as informações do principal levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 1.696 municípios com população quilombola e 473.970 domicílios particulares permanentes com pelo menos um morador quilombola. Os resultados da contagem foram divulgados no

dia 27 de julho de 2023. A maioria dessa população está na região Nordeste (68,2%), seguida do Sudeste e Norte, ambas com uma fatia de 26%. Dois estados concentram mais da metade dessa população: Bahia (30%) e o Maranhão (20,26%). O IBGE identificou 494 Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, distribuídos em 24 estados e no Distrito Federal, que abrigam 203.518 pessoas, sendo 167.202 quilombolas (82,16%) e 36.316 (21,72%) não quilombolas. Assim, 12,6% dos quilombolas do país residem em territórios oficialmente delimitados e 87,4% encontram-se fora de áreas formalmente reconhecidas.

CLT COMPLETA 80 ANOS EM 2023, EM MEIO A EMBATES POR AMPLIAÇÃO E RETOMADA DE DIREITOS TRABALHISTAS

Direitos, regulamentação e proteção aos trabalhadores, traços marcantes da legislação de 1943, têm sido colocados à prova com a Reforma Trabalhista de 2017 e com o aumento da precarização dos vínculos empregatícios. Um discurso condicionado à “modernidade” que coloca em xeque o caminho que se deseja seguir para a reconstrução do país

ERIKA FARIAS



Em 1º de maio de 1943, um decreto-lei deu origem à Consolidação das Leis Trabalhistas, conhecida popularmente por CLT. Hoje, oitenta anos depois, a legislação, assinada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas – que regulamentou relações individuais e coletivas de trabalho, e garantiu diversos direitos trabalhistas como descanso semanal, licença-maternidade, previdência social, férias, entre outros –, vai contra seus objetivos iniciais. Da contraditória Reforma Trabalhista de 2017 à mais recente “uberização” do trabalho, uma pseudomodernização das relações trabalhistas com condições precárias e vínculos quase sempre inexistentes, a CLT de 1943 não é mais a mesma: uma realidade que precisa ser encarada. Até mesmo para que se possa pensar nos próximos passos para o desenvolvimento do país.

“Como uma empresa faz para ganhar dinheiro vendendo o seu produto, se não houver um mercado interno forte?”, questiona Maurício Godinho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Essa é uma das considerações que o ministro faz sobre a importância dos direitos trabalhistas para a economia de um país, especialmente para uma nação nas proporções do Brasil, onde, primordialmente, sua população é quem irá garantir o dia a dia do funcionamento da economia, o que contraria toda uma lógica neoliberal. “Essa visão muito divulgada pela grande mídia e por todos os analistas que ouvimos na televisão não é coincidência, é propaganda mesmo: política, ideológica, cultural e econômica antissocial. Defendem que você tem que baratear a força de trabalho. O que significa primeiro aumentar o desemprego. O trabalhador fica derrotado. Fica apavorado. Imagina você ficar sem renda nenhuma. Não colocar comida em casa ou não ter a menor condição de gestão de uma família ou de si mesmo, da sua própria vida. Sua capacidade de reivindicação e até o seu apreço pelo sindicato diminuem porque você fica simplesmente atemorizado”, explica. E complementa: “O desemprego é uma característica dessa narrativa. Tanto que, em todos os governos liberais que tivemos no Brasil nos últimos 35 anos, a primeira coisa que eles fizeram foi isso: ao assumirem, a taxa de desemprego sobe percentuais elevadíssimos em um ano. Isso não é nenhum efeito externo vindo do mercado americano, do mercado europeu, chinês, nem do planeta Terra. Isso vem de políticas públicas e políticas intencionais para aumentar o desemprego e desarmar a força da população para reivindicar”, afirma o ministro do TST.

O pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e membro do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon/RJ), João Hallak Neto, lembra que, quando a renda cresce, mais produtos são consumidos e eles precisam ser cada vez mais produzidos. “A gente também percebe políticas de investimento público. Tem ‘Minha Casa, Minha Vida’ retornando ao cenário e tendo mudanças que o deixem mais robusto, com mais potencial. Isso também vai estimular não só a construção civil diretamente, mas outros empregos indiretos”, afirma o pesquisador. Ele também explica que, quando se aquece um setor da economia, há outros que indiretamente são também beneficiados. “Seja o de serviços, nos locais onde as obras acontecem, sejam os fornecedores, a indústria que fornece os equipamentos e a matéria prima para as construções. Mas a gente poderia citar também o fortalecimento do ‘Bolsa Família’ como uma política de dinamização da economia e, conseqüentemente, do trabalho. Então, a lógica no Brasil atual, me parece, pelas medidas anunciadas, está sendo diferente dos dois governos anteriores”, diz.

O CENÁRIO, 80 ANOS DEPOIS

Em abril de 2023, o Brasil chegou à marca de 43 milhões de empregos formais, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (PDET/MTE), que iniciou os registros em 2002. Nos quatro primeiros meses de 2023, foram 705 mil empregos criados com carteira assinada. E se o número se destaca por ser a maior soma já registrada pelo Caged, outro número também atingiu altos indicadores: o de trabalhadores sem carteira assinada. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua/IBGE), esta média anual chegou a 12,9 milhões em 2022 – número 14,9% maior do que em 2021, e um recorde para a Pesquisa, que teve início em 2012. Outro índice alarmante foi o de trabalhadores informais, que somaram no último ano 38,8 milhões.

Arelado a esses dados, há o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,9% no primeiro trimestre de 2023. João Hallak comenta o crescimento deste, que é um dos principais indicadores da atividade econômica do país, divulgado em junho pelo IBGE. O pesquisador conta ainda que o atual “aquecimento da economia” se dá pelos baixos níveis no período anterior à pandemia de Covid-19, quando ela desacelerou, impactando fortemente o mercado de trabalho, o que se resumiria em uma comparação baixa. “Agora começa a haver uma recuperação pronunciada, sobretudo em 2022. Entretanto, infelizmente essa recuperação está se dando em trabalhos de baixa qualidade. Mesmo os trabalhos com carteira assinada são para indivíduos que recebem de um a dois salários mínimos no máximo, ou seja, são trabalhos muito concentrados na base dos empregos em termos de remuneração, também relacionados à subocupação e muito relacionados à informalidade”, diz. Ele explica ainda que boa parte dos trabalhos gerados têm baixos salários, mesmo que com carteira assinada, e outra parte é formada por empregos informais que, como característica, têm os baixos salários e essa ausência de proteção social. “Então o país ainda precisa se desenvolver mais. Precisa haver investimentos públicos para que também possam liderar os investimentos privados, para que se aumente a qualidade do emprego. Investimento em ciência e tecnologia e investimentos industriais: tudo isso é necessário para que haja, sim, uma plena recuperação do trabalho no Brasil”, ressalta.

OS REFLEXOS DA REFORMA DE 2017

Cerca de 10% do documento original da CLT de 1943, que continha 922 artigos, foi suprimido ou alterado com a Lei 13.467, de 2017, a Reforma Trabalhista. Novas regras que, em teoria, flexibilizaram o mercado de trabalho e tornaram a negociação entre empregadores e empregados mais “livres”, em suma, uma prevalência do “negociado sobre o legislado”. O Projeto de Lei, que foi aprovado às pressas pelo governo de Michel Temer por 50 votos a 26, sem o apoio popular – em consulta pública, 172.163 pessoas se mostraram contra a reforma, enquanto apenas 16.789 estavam a favor –, foi “vendido” com o discurso de diminuição das taxas de desemprego e “atualização” de leis trabalhistas antigas, mas, na prática, ampliou a precarização das relações de trabalho, expondo empregados a uma extrema vulnerabilidade em negociações.

Nesse aspecto, dois pontos são destacados pelo pesquisador João Hallak. O primeiro é a terceirização irrestrita das atividades produtivas – ruim porque permite uma busca pelo trabalho mais precarizado e ocasiona uma redução de salário e um descompromisso de determinadas atividades produtivas com determinadas unidades. O segundo é a adoção do trabalho intermitente, um contrato com carteira assinada, em que o trabalhador fica disponível, mas para trabalhar para determinado empregador somente quando chamado, sem ter o mínimo de horas exigido. Segundo o pesquisador, esse cenário cria e possibilita a figura do “desempregado com carteira”. “Ele tem um vínculo com carteira assinada em determinada empresa, mas se ele não foi chamado naquela semana, ele não obteve trabalho nenhum e nenhuma renda. Isso faz com que, na prática, ele possa receber menos do que o salário-mínimo, apesar de ter a carteira. E é bastante negativo para a economia por uma série de motivos. É negativo para o trabalhador e para a sociedade como um todo”, argumenta.

A professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), vinculada ao IBGE, Barbara Cobo, traz a importância de se pensar sobre como as regulamentações de terceirização estão se dando, já que, o que se tem visto recentemente em alguns setores é a perda do controle sobre as formas de contratação do trabalhador e suas remunerações. “Você contrata a empresa, e aí a empresa que está contratando o trabalhador se omite. A gente vê muito isso no setor têxtil, em que você tem grandes empresas que se eximem da responsabilidade das formas de contratação. A gente tem visto que, hoje em dia, há um nicho de trabalhos, inclusive análogo à escravidão, nessas indústrias. Mulheres que moram em ambientes mais precários ficam, por exemplo, com uma máquina de costura dentro de casa, no meio da família, trabalhando dia e noite por um valor micro. Mas a empresa que está contratando a empresa [terceirizada] se exime dessa responsabilidade sobre as formas de contratação do trabalhador”, conta.



Se aliarmos a questão da Reforma Trabalhista aos reflexos da pandemia de Covid-19, os resultados são ainda mais devastadores. João Hallak fala em “uma avalanche no mercado de trabalho”. Segundo ele, a economia foi fortemente afetada negativamente, além do mercado de trabalho ter sentido os efeitos drásticos. O aumento do desemprego foi muito pronunciado, houve queda de renda e de salários. “É até difícil avaliar o impacto da reforma trabalhista, considerando que foram pelo menos dois anos de pandemia. O que se estava presenciando, até 2019, foi que ela não gerou empregos, muito menos empregos de qualidade. A modalidade de trabalho intermitente cresceu razoavelmente e a subocupação cresceu no país. Então, ela não dinamizou a economia. Pode-se afirmar que ela foi inócua em relação à geração de empregos. E também é importante salientar, por exemplo, que em 2014, quando o país atingiu o pleno emprego, com o nível mais baixo de desemprego na série histórica das pesquisas de trabalho no Brasil, não havia reforma trabalhista. A CLT não foi empecilho para se alcançar o pleno emprego. Então, a Reforma Trabalhista, certamente, não traz vantagens. Muito pelo contrário, ela precariza o trabalho”, ressalta ele.

Barbara Cobo questiona a lógica da exploração capitalista neoliberal. Ela argumenta que, no Brasil, ainda que se avance em termos e legislação, metade da população vive de trabalhos informais, mostrando que a legislação não está alcançando todo o contingente necessário e que alguns grupos são mais afetados que outros. Sobre a reforma, a professora concorda que houve um diagnóstico errado da situação do mercado de trabalho, no qual a oferta de empregos não aumentava devido aos custos de se empregar com

TÂNIA RÉGO/ABR



O Movimento Unidos dos Camelôs (MUCA) e o movimento nacional Trabalhadores Sem Direitos protestam em frente a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na Cinelândia, centro da cidade

carteira assinada. “Por outro lado, a gente viu diversas flexibilizações e implementação do trabalho intermitente, aquele que você tem o vínculo, mas fica à disposição do empregador ou é chamado para trabalhar quando dá, o que não aumentou substancialmente a quantidade de trabalho. E o que a gente teve? Um período de pandemia, em que observamos indicadores completamente bagunçados quanto ao mercado de trabalho, já que muitos indicadores melhoraram nesse período de 2020/21. Isso aconteceu porque quando você tira da força de trabalho os mais vulneráveis, aqueles que trabalhavam nos serviços, nas atividades que mais sofreram com as medidas de isolamento social, você acaba melhorando os indicadores de formalização de rendimento médio, justamente porque os mais vulneráveis saíram do mercado de trabalho. Eles não estavam nem procurando trabalho, porque não tinha”, reforça.

A professora relembra o diagnóstico feito na época da reforma, de que os empregos não aumentavam por custarem “caro”. A “solução” foi então mexer nos direitos, na forma de contratação em relação à flexibilização, tirar o poder da negociação dos sindicatos e Ministério do Trabalho, entre outros. “E ainda assim, a gente não teve uma melhora substantiva, pelo contrário, os estudos apontaram uma maior precarização do trabalho, menores remunerações médias, contratos mais flexíveis que não garantem nenhum direito trabalhista, nenhuma segurança ao trabalhador. Porque a precarização vem muito dessa discussão, da insegurança do trabalho, de você não contar com uma renda habitual, de você não poder ter algum imprevisto, alguma doença, algum acidente de trabalho, porque não vai estar coberto pela seguridade social”. A professora também argumenta que a reforma trabalhista foi bastante equivocada em um “mau uso” do Microempreendedor Individual (MEI), que foi utilizado para funções em que a pessoa continua no serviço assalariado, trabalhando muitas vezes da mesma forma que trabalhava antes, mas agora como um pequeno empresário.

Para o ministro do TST, a reforma trabalhista é uma legislação “draconiana”. “Ela invejaria o legislador Drácon, lá de Atenas (VII a.C.), que deu origem a essa palavra. É uma lei perversa. Se pegarmos os mais de cem dispositivos da reforma, temos em torno de 85 ou 90% de dispositivos supressores, atenuadores de direitos, contra os direitos sociais e também contra o movimento sindical. Porque o sindicalismo tem vários defeitos. Eu não canso de apontá-los, mas o papel histórico dele é lutar pela melhoria das condições de vida, de trabalho e lutar pela democracia. Esses papéis são muito importantes e alguém tem que cumpri-los”, destaca Maurício. Ainda segundo ele, a atribuição histórica e fundamental do sindicalismo é defender trabalhadores e seus direitos. “Se não houver esse papel, quem vai exercer? Ninguém. Não vai ser a grande

mídia ou um indivíduo isoladamente. Alguém precisa negociar por essas pessoas para, inclusive, protegê-las”, complementa. Maurício Godinho explica também que o segundo papel fundamental do sindicato é produzir um ambiente contínuo de defesa das instituições democráticas, visto que elas são as maiores vítimas das ditaduras, entendidas como instrumentos fundamentais para se ter, conquistar ou manter a democracia. O que, para ele, são papéis tão relevantes, que compensam os defeitos dos sindicatos.

GIG ECONOMY: A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Em maio de 2023, por meio do Decreto nº 11.513, foi instituído um Grupo de Trabalho para tratar da questão da regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens e pessoas, além de outras atividades realizadas por meio de plataformas digitais. Em entrevista ao Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, do Governo Federal, em 5 de junho de 2023, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que a intenção do GT é garantir os direitos dos trabalhadores sem uma jornada de trabalho extenuante, com trabalho valorizado e transparente. Uma audiência pública também foi realizada no dia 22 de junho, quando grupos mais envolvidos no tema debateram a necessidade de elaboração de uma legislação específica para o segmento. Maurício Godinho reforça a importância de o novo GT garantir direitos trabalhistas e previdenciários ao grupo. “É preciso conferir um tratamento específico e distintivo a esse enorme contingente de trabalhadoras e trabalhadores, respeitando as especificidades de sua estrutura e dinâmica de prestação de serviços. Não é razoável e nem justo, relativamente a esse importante segmento, que essas pessoas não alcancem uma proteção jurídica adequada, ainda que específica”, diz.

Segundo estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em fevereiro de 2023, o número de trabalhadores de transportes que fazem parte da modalidade Gig Economy chegou, no terceiro trimestre de 2022, a 1,7 milhão. O termo estrangeiro se refere a relações sem vínculo formal, nas quais as empresas contratam a mão de obra de funcionários para realizar trabalhos temporários ou sem vínculos empregatícios, como no caso dos motoristas de aplicativos, entregadores de moto, bicicleta e mototaxistas.

A pesquisa do Ipea também destacou que apenas 23% desses trabalhadores contribuem para a Previdência, sistema oficial previdenciário do Brasil, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por regiões do Brasil, o Sul concentra a maior taxa de contribuições (37%), seguido pelo Sudeste (27%) e Centro-Oeste (22,9%). Já o Nordeste e o Norte representam as menores taxas, com 16,5% e 9,6%, respectivamente. Na prática,

ROVENA ROSA / ABR



a falta de contribuição é sentida nas questões de aposentadoria, auxílio-acidente, auxílio-doença, pensão por morte, entre outros. Enquanto o trabalhador CLT já contribui “automaticamente” com a Previdência Social por meio de descontos mensais no salário, com percentuais pré-definidos por faixa de renda, os trabalhadores informais ou sem carteira assinada, ou mesmo as pessoas fora do mercado de trabalho, podem contribuir com o INSS – embora o desafio, em muitos casos, torne-se ainda maior.

“Entregadores *delivery* e motoristas por aplicativo são um tipo de ocupação que cresceu muito no país, a partir de 2016. Os números indicavam cerca de 500 mil trabalhadores nessa situação em 2016/17 e alguns anos depois, em 2022, alcançamos esse número bastante significativo de 1,7 milhão. É um crescimento bastante forte”, reforça o pesquisador do IBGE. João comenta a importância da modalidade de emprego via plataforma, destacando os trabalhadores de transporte, especialmente durante a pandemia, quando seus serviços foram bastante utilizados, causando uma possível redução de danos – no que se refere à disseminação do vírus – devido às entregas por *delivery*, que mesmo com o fim da pandemia, se consolidaram no cotidiano das pessoas. “Deve-se pensar numa forma de garantir direitos a esses trabalhadores. É um equilíbrio bastante difícil porque envolve, obviamente, não só a plataforma, mas o ente estatal para regular, e também a organização dos trabalhadores, que é muito difusa, mas precisa ter seus direitos representados e suas propostas consideradas. E é um desafio colher qual a proposta de trabalhadores que são tão independentes entre si. Mas é um caminho a ser buscado e procurado”, afirma. O pesquisador cita que essa exclusão de direitos é nociva, primeiramente, para o trabalhador, porque, no caso deste sofrer um acidente, por exemplo, não

contará com uma licença para tratamento de saúde, vai ter dificuldades para obter a Previdência Social se ele não contribuir, então não terá seguro-desemprego. “Tudo isso é ruim do ponto de vista individual, mas também do ponto de vista coletivo. Uma vez que todas essas medidas, a aposentadoria, o seguro-desemprego ou a licença saúde, são formas de manter renda para o trabalhador, ainda que ele não esteja trabalhando, para que outros setores da economia continuem a ser estimulados. O cidadão não precisa parar de consumir porque parou de trabalhar. O aquecimento da economia vem daí: das pessoas tendo renda garantida para continuar a consumir e para que outros continuem a produzir, evitando aí uma espiral, um ciclo vicioso de queda de emprego e renda”, reforça João.

Para Maurício Godinho, a novidade nessa situação está no fato de que a empresa que organiza esse sistema de trabalho é uma empresa altamente tecnológica. Uma empresa computadorizada que se utiliza de dados de aplicativos e inclusive aplicativos no uso de aparelhos celulares, que hoje, todos têm, inclusive o trabalhador, que pode vir a ser o motorista ou transportador. “Essa é a novidade. Mas esse sistema de transporte, de pessoas, de coisas, ele existe na humanidade há muito tempo”, diz. Para reforçar seu ponto, o ministro relembra a história da “Greve dos ganhadores”, descrita pelo historiador João José Reis em seu livro “Ganhadores – A greve negra de 1857 na Bahia”, publicado pela Editora Companhia das Letras (2019). No período imperial, pessoas e coisas eram transportadas por trabalhadores, negros, escravizados, libertos ou livres. Devido à cansativa jornada de trabalho e às condições precárias a que eram submetidos, somados a uma cobrança de impostos e a medidas de controle policial, esses trabalhadores entraram em greve. Não foi uma vitória completa, mas conseguiram melhorias. “E

essa é a mudança. Há uns anos, os transportes eram feitos por motoqueiros, mas o cliente ligava para o restaurante, por exemplo. Já havia esse debate sobre o vínculo, várias empresas assinavam a carteira desse trabalhador. E agora? O que mudou é que uma mesma empresa tem vários entregadores e não tem vínculo empregatício com nenhum deles”, diz.

Ainda segundo o ministro, as empresas digitais dizem que não são do setor de transportes, por esta ser uma narrativa mais favorável aos seus interesses, mas para ele, não procede. Inclusive, cita que vários tribunais europeus e a própria Comunidade Europeia têm favorecido essa visão, já que ela organiza o transporte. “A escolha central é a seguinte: o país fará o caminho da exclusão ou da inclusão? Se fossem robôs, nós não estaríamos discutindo esse assunto, mas são seres humanos que têm saúde, possibilidade de perda da saúde, tempo útil de vida, tempo necessário para outras funções e têm, evidentemente, uma cidadania econômica, social e institucional e, portanto, trabalhista. Mas eu pergunto a você: o que tem de tão peculiar que esse indivíduo não tem direito ao salário mínimo ou não possa ter direito à inscrição na Previdência Social pela empresa? Absolutamente nada”, frisa.

“

**MAS EU PERGUNTO A VOCÊ:
O QUE TEM DE TÃO PECULIAR
QUE ESSE INDIVÍDUO NÃO TEM
DIREITO AO SALÁRIO MÍNIMO
OU NÃO POSSA TER DIREITO À
INSCRIÇÃO NA PREVIDÊNCIA
SOCIAL PELA EMPRESA?
ABSOLUTAMENTE NADA”**

MAURÍCIO GODINHO

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

HISTÓRIA DA CLT

A CLT representou o clímax de uma política social, de inclusão profissional, econômica e institucional, conta o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Maurício Godinho. Enquanto algumas leis trabalhistas já existiam, outras foram sendo criadas, ampliando os direitos para diversas categorias existentes nas cidades à época. O Ministério do Trabalho, por exemplo, foi criado em 1930. Dois anos antes da CLT, em 1941, foi constituída a Justiça do Trabalho no Brasil. E se a onda de direitos trabalhistas aumentava nas cidades, os trabalhadores rurais não vivenciavam o processo da mesma forma. Na Constituição Federal de 1934, falava-se da regulamentação de leis que amparassem as condições do trabalho na cidade e no campo, mas a própria CLT de 1943 praticamente não citou a população do campo em seus dispositivos. Apenas na Constituição de 1946 as questões iniciadas em 1934 voltam a ser debatidas, priorizando a indústria rural e o homem do campo. Ainda assim, não há como diminuir a conquista da legislação de 1943. “Ela trouxe grandes avanços na época e organizou o mercado de trabalho urbano, trouxe vários direitos, então, trouxe uma cidadania social, econômica, profissional, institucional. Quem era trabalhador passava a ser reconhecido pela ordem jurídica do país. Antes, não havia esse reconhecimento. Ela trouxe grandes avanços, entretanto, tinha grandes limitantes”, diz, Maurício Godinho. O ministro explica ainda que ao mesmo tempo em que se criavam os direitos individuais do trabalho, também eram estruturados os direitos coletivos, com a criação de um sistema sindical. “Houve uma forma de controle do Estado sobre o movimento sindical. Mas essas coisas no Brasil nunca são tão simples. O Estado controlou o sindicato? Sim, mas ao mesmo tempo, reconheceu e deu muitos poderes aos sindicatos. Então, nós não podemos ter uma análise simplista, parcial dessas questões. Houve, sim, um autoritarismo neste período. Ninguém vai negar isso. Mas houve também inclusão, porque antes os trabalhadores praticamente não tinham nada”, afirma.

QUAIS OS CAMINHOS?

Todo esse discurso ultraliberalista, segundo o ministro Maurício Godinho, não é novidade. Pelo contrário, é ouvido por aqui desde os anos 1970. “A cada época esse discurso usa um mote novo e precisa se atualizar, ‘se repaginar’, como dizem os jovens. Mas, no fundo, tudo se insere no contexto da escolha que a sociedade e o Direito fazem. E a escolha da Constituição da República Federativa do Brasil é muito clara, ela escolheu o caminho da construção de um Estado de bem-estar social, um verdadeiro Estado democrático de direito, que seja inclusivo com as pessoas, inclusive as pessoas simples e pobres. É claro que vai sempre existir a pessoa rica, o sistema capitalista e aquelas pessoas que têm a genialidade de organizar o empreendimento. Os outros nascem ricos por herança. Enfim, no sistema capitalista sempre vai ter. Como nos outros sistemas anteriores, sempre tinha uma classe social que compunha o topo da pirâmide social. Mas essa pirâmide não precisa ser tão desigual. Esse é o ponto”, afirma.

O pesquisador do IBGE, João Hallak Neto, também aponta que a lógica neoliberal, corrente dominante do pensamento econômico no Brasil, sobretudo nos últimos anos, no governo Temer e durante todo o período do governo Bolsonaro, está sendo questionada no mundo. “Internacionalmente, isso está sendo questionado. No Brasil, certamente, está havendo novos ares também e a lógica do novo governo é ir contra essa adoção de medidas. A influência do pensamento internacional, que começa a contestar esse tipo de política neoliberal, de flexibilização do trabalho, tem repercutido e vai continuar, já que é uma bandeira do governo que venceu a eleição. No Brasil, já percebemos políticas como a volta da valorização real do salário mínimo, que é uma forma de aumentar a renda do trabalhador, e, com isso, dinamizar a economia, porque o trabalhador consome quase que 100% de sua renda”, explica.

Já Barbara Cobo fala sobre a demanda de informações e a necessidade de organização para que se possa avançar na discussão com dados que incluam os temas debatidos, como a uberização, terceirização e a desregulação do mercado de trabalho. “Temos que avançar e entender um pouco melhor essa economia informal, esses dados que fazem parte da PNAD Contínua. Já tivemos, por exemplo, pesquisa específica para estudar economia informal, que é uma característica muito forte do mercado de trabalho brasileiro. E aí, por mais que você faça e aconteça, na legislação, acaba não alcançando boa parte dessas pessoas. Ou seja, há casos e casos. Eu acho que temos que investir em dados, fiscalização etc. É fundamental pensar também na informação enquanto insumo estratégico, porque precisamos pensar um sistema estatístico nacional que, de fato, funcione de forma integrada para que tenhamos como atender essas demandas que são emergentes, urgentes, e sem informação não é possível fazer política pública, sem informação não conseguimos entender o que está acontecendo na sociedade”, conclui ●

17ª Conferência Nacional de Saúde: diversidade e defesa dos direitos humanos marcam edição

Articular o universal com o específico e implementar as propostas aprovadas permanecem como desafios

JULIANA PASSOS

Em um ano marcado pela retomada dos conselhos e da força da participação social, a palavra reconstrução foi presença constante nas falas durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada nos dias 2 a 5 de julho de 2023, em Brasília, e que reuniu cerca de seis mil pessoas. Pautada pela diversidade, a edição teve como tema “Garantir direitos, defender o SUS, a vida e democracia - Amanhã vai ser outro dia!”. As palestras preparatórias para as discussões nos grupos de trabalho (GTs) também foram uma mostra da diversidade – os convidados eram, em sua maioria, representantes da sociedade civil e movimentos sociais e aproveitaram o espaço para relatarem suas ações e experiências. Ao final das mesas destinadas a cada um dos **quatro eixos**, a abertura para falas também refletiu a variedade de pautas da edição, em que diversos grupos chamavam a atenção para as propostas e diretrizes que seriam debatidos nos GTs. “A 17ª CNS apontou e contribuiu concretamente para a reconstrução e transformação do Brasil. A diversidade era exuberante, marcada pelas diferentes cores de um país que não aceita mais preconceitos. Todas as pautas nesse sentido foram aprovadas, buscando garantir os direitos humanos a todos os brasileiros”, comemora a sanitarista e assessora de participação social do Ministério da Saúde, Lucia Souto.

O foco na diversidade e nos direitos humanos também esteve presente no discurso da ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, durante a cerimônia de abertura da conferência. “Temos muito a enfrentar e precisamos estar unidos na nossa diversidade. As pessoas LGBTQIA+, as lideranças indígenas que estão aqui, as pessoas com deficiência – e o Brasil está muito atrasado nessa parte –, as pessoas negras – é preciso efetivar as políticas para toda essa população. Então, não queremos uma

A 17ª CNS foi dividida em quatro eixos: I – O Brasil que temos, o Brasil que queremos; II – O papel do controle social e dos movimentos sociais; III – Garantir Direitos e defender o SUS, a vida e a democracia; IV – Amanhã será outro dia para todos, todas e todes.

conferência apenas como ato, queremos uma conferência com um documento forte”, afirma.

A Conferência aprovou 240 diretrizes e 1.190 propostas, o que significa mais de 95% das proposições aprovadas. Enquanto a diretriz indica um caminho e uma ideia mais abrangente, a proposta detalha algum aspecto da diretriz a qual se vincula e pode ser entendida como uma meta.

Em 24 de julho de 2023, o Conselho Nacional de Saúde aprovou, por unanimidade, a Resolução nº 715, responsável por reunir todas as decisões tomadas na Conferência. Esse documento será entregue ao governo federal com a perspectiva de que sejam incluídas nos Planos Plurianuais (2024-2027) de Saúde dos estados, Distrito Federal e do país. Já os planos municipais devem ser revisados, uma vez que se encerram em 2025.

Em nota emitida pelo CNS, sobre a Resolução nº 715, Valcler Rangel, assessor especial da ministra da Saúde, Nísia Trindade, e conselheiro representante da gestão, considerou o documento “histórico para o Brasil e para o SUS” e disse que confia na implantação das proposições realizadas. “Vamos uma facilidade enorme desse documento incidir sobre os pla-



AUGUSTO COELHO / CNS



A ministra da Saúde, Nísia Trindade, discursa na cerimônia de abertura e recebe apoio pela sua permanência na pasta

nos”, disse ele. O financiamento adequado é o destaque da introdução da Resolução do CNS. “Nesse contexto, a revogação das regras fiscais constitucionais e legais que restringem o financiamento das políticas sociais foi reiterada, especialmente as que estabelecem tetos de despesas para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde, na perspectiva de que saúde não é gasto, mas sim investimento. Não há economia sem vida, e não há vida sem garantia de saúde para toda a população como um direito humano”, diz o documento.

Entre as propostas já tradicionalmente aprovadas como medidas para o fortalecimento do SUS público gratuito e universal, a aprovação de legalização do aborto e da cannabis na plenária final foi motivo de grande vibração. No entanto, antes das chamadas “pautas progressistas” serem acatadas, houve grande apreensão nos GTs diante de redações que incluíam a palavra “nascituro” ao lado da atenção à saúde da mulher e que foram levadas à plenária final. Para Tatianny Araújo, convidada pela Rede de Assistentes Sociais pelo Direito de Decidir, foi um susto ver tantas propostas indicando a proibição do aborto, mesmo em casos de estupro, mas diz que a plenária refletiu o tom de outras atividades das quais participou. “Não estamos defendendo a legalização do aborto e ponto. Fizemos um debate sobre a justiça reprodutiva e defendemos a escolha das pessoas que gestam sobre o momento de ter um bebê e da necessidade da garantia de políticas públicas, como direito à segurança e à educação, para exercer sua maternidade. Acho que foi um ganho conseguirmos dialogar sobre essas questões com outros profissionais da saúde que estão no atendimento direto”, disse ela. Outra pauta rejeitada apenas na plenária foi o aumento da participação do terceiro setor na tomada de decisão em relação ao SUS.

“A Conferência foi espetacular, porque tivemos uma aprovação de agendas que sempre foram histó-

ricas do movimento feminista, como a legalização do aborto. Ela foi uma das propostas aprovadas, como também a legalização da cannabis, além de temas que são estratégicos para compor um Plano Nacional de Saúde, como um financiamento estável que venha atingir 6% do Produto Interno Bruto (PIB), e toda a reconstrução na área da saúde expressa em várias diretrizes aprovadas. É preciso reverter esse modelo da precarização dos profissionais da saúde, porque não há como fazer uma política pública de direito universal com esse grau de precarização e de fragilização do sistema”, avalia Lúcia. Entre outras diretrizes aprovadas estão a promoção de ações para o reforço da implementação dos princípios que regem o SUS; a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), criada em 2006; o fortalecimento da Vigilância em Saúde; garantia do direito à saúde da população idosa, da população de rua e da LGBTQIA+; e a criação de uma Política Nacional de Comunicação do SUS. A maioria dessas diretrizes eram propostas das Conferências Livres, realizadas por temas, e que foram a grande novidade desta edição da CNS.

Ampliação da participação

O número de conferências livres surpreendeu. Ao todo, foram realizadas 106 atividades como estas, sendo 99 homologadas, no período de agosto de 2022 a maio de 2023. Um número quase quatro vezes maior do que as 27 conferências estaduais. Para que essas conferências fossem validadas era preciso cumprir alguns critérios: reunir, no mínimo, nove estados distribuídos em, pelo menos, três regiões do país e serem organizadas por “instituições, entidades e movimentos populares e sociais que tenham em sua agenda de debate e ação a defesa dos direitos sociais, da democracia e da participação popular” e que representem um dos segmentos dos conselhos de saúde – usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviços. O pontapé para a modalidade livre foi dado pela Frente pela Vida, que realizou a primeira conferência em 5 de agosto de 2022.

O professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Geandro



AUGUSTO COELHO / CNS

Pinheiro, considera as conferências livres como o ponto alto da 17ª CNS. “O grande mérito dessa conferência foi enfrentar a institucionalização excessiva da participação popular”, avalia. De acordo com ele, a iniciativa nasceu do diagnóstico de que a participação social ficou excessivamente institucionalizada. “Dizer que essa participação está burocratizada significa, por exemplo, enfrentar a falta de renovação entre conselheiros, que ocupavam por décadas a mesma posição”, reflete e acrescenta que, desde 2006, o CNS limita os mandatos a uma reeleição, mas, nos conselhos municipais e estaduais isso não é uma regra. “Então, com esse entendimento de que a porta estava praticamente fechada para os movimentos, o CNS incorporou essa ideia [das conferências livres] para poder ampliar a participação”, disse.

A iniciativa também foi elogiada pela pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz, Sonia Fleury, em texto publicado no site do CEE. “Além de democratizar a convocação das conferências, permitiu o debate mais aprofundado sobre temas específicos e mostrou a pujança da sociedade civil organizada no campo da saúde e sua presença como sujeito político que já não pode ser mais ignorada. Certamente, essa inovação veio para ficar e, talvez, tenha impactos na organização das futuras conferências, incrementado o uso de tecnologias que aumentem a possibilidade de debates mais profícuos, eliminando os desgastes do processo de votação nos grupos”, avaliou. A pesquisadora destacou ainda o lançamento do [Mapa Colaborativo dos Movimentos Sociais em Saúde](http://www.movimentossociaisensaude.net.br).



O mapa está disponível em versão digital e a inspiração para sua criação se deve ao protagonismo que os movimentos sociais assumiram

durante a pandemia de Covid-19 ao fornecerem respostas à população com medidas eficientes de contenção da pandemia. De acordo com a página, o sistema irá articular e facilitar as relações do governo federal com os movimentos por “poder utilizar os conteúdos disponibilizados pela construção coletiva dos movimentos sociais para implementar e aprimorar políticas públicas de saúde, construir uma agenda de defesa do SUS nos diversos espaços e territórios, bem como garantir direitos e a efetivação do controle social”.

O lançamento do mapa foi realizado pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, no último dia da Conferência e contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em suas falas, os dois mandatários exaltaram a participação social. “O presidente Lula criou a Secretaria de Participação Social. Eu acredito também na força dos movimentos sociais, isso faz parte da minha

história. Não é mais possível pensar em um governo isolado da sociedade civil. Temos a inspiração da Constituição de 1988, mas também os novos ventos e as imposições sociais. Em pouco tempo, teremos mais idosos em nossa sociedade, precisamos lidar com as mudanças climáticas. Uma sociedade que não pode mais conviver com a violência de gênero. Não podemos ficar omissos ao genocídio indígena nem aos jovens negros que morrem em nossas periferias. É tempo também de avançarmos e superarmos o subfinanciamento do SUS”, disse Nísia. O presidente Lula, além de reiterar o apoio à ministra da Saúde, exaltou o papel das conferências. “As conferências têm determinado as melhorias na qualidade da saúde da população. Todas as conquistas que tivemos na saúde são obra e trabalho de vocês que fazem as Conferências Nacionais de Saúde”, afirmou.

Outra forma de ampliação da participação foi a realização de atividades autogestionadas, que contaram, em muitos casos, com secretarias de governo e se tornaram canais de interlocução direta. Uma das atividades, organizada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), sobre o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS), promoveu debates sobre os quadros de saúde mental entre o sexo feminino, especialmente entre as trabalhadoras da Saúde. Já a atividade “Amanhã será outro dia

para todos: debate, participação, planejamento e recursos orçamentários para a efetivação do direito à saúde das pessoas com deficiência” foi organizada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e contou com a presença da secretária dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella, e do coordenador-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Arthur Medeiros. Os dois falaram sobre os desafios e comentaram algumas diretrizes do Plano Nacional dos Direitos para as Pessoas com Deficiência Viver Sem Limites 2 para uma plateia que celebrou a nova edição do plano e apontou necessidades. A primeira versão do Viver Sem Limites foi criada em 2011 e agora a Secretaria deve apresentar um novo texto até setembro de 2023. (Leia mais na pág. 14)

Fragmentação das pautas

A ausência do que chama de “temas centrais” nos debates realizados nas plenárias foi a principal lacuna sentida pela pesquisadora do CEE, embora os temas tenham sido debatidos em espaços anteriores, como as conferências livres, e específicos, como GTs e atividades autogestionadas. “A privatização por dentro do SUS, com a destinação da gestão e dos recursos públicos para entes privados, ainda que mencionada, não foi um tema central nos debates, embora a mercantilização possa comprometer a



saúde e a privatização debilita a capacidade da gestão pública. Considerando a importância crescente do uso da Inteligência Artificial na área de saúde, os possíveis benefícios e os riscos associados à sua utilização sem uma regulação pública efetiva, esse debate é crucial para o amanhã que já é hoje”, escreveu Sonia Fleury.

Para Geandro, a grande dificuldade desta edição foi a fragmentação das pautas sem que exista uma articulação entre elas. “Pautas como a legalização do aborto são fundamentais, mas as questões relacionadas a gênero e de raça precisam estar relacionadas à questão de classe, que é a grande ausente nessas fragmentações. A classe sempre foi uma categoria unificadora. Trabalhar com o conceito da classe trabalhadora contra a classe do capital é a contradição mais estrutural da nossa sociedade, sendo o financiamento a expressão mais concreta desse conflito na sociedade”, defendeu.

Embora entenda a importância do surgimento de uma variedade de demandas, Sonia Fleury chama a atenção para que a ideia de equidade não se sobreponha ao valor da igualdade. “Essa conferência tem uma diferença em relação às conferências anteriores, em especial a Oitava, que estava pautada no direito igual para todos. Aqui é a ideia da diversidade. Eu acho que é um avanço, porque a democracia tem que chegar para todos, mas é um risco, porque não podemos renunciar à ideia da igualdade. Mesmo pensando em uma igualdade diversificada, em equidade. No entanto, não se constrói um coletivo, uma nação, apenas a partir de demandas diversificadas”, refletiu ela, em entrevista à Revista Poli.

Por outro lado, a pesquisadora destaca a importância de um conjunto de demandas que estavam submergidas virem à tona, assim como a possibilidade de novas lideranças ganharem espaço. Uma delas, que não estava presente nas mesas, mas estava em peso nos espaços com camisetas laranjas nas plenárias e corredores é o Movimento Frente Paliativistas. Julieta Fripp, uma das principais articuladoras da Frente, comenta que os contatos entre profissionais da área espalhados por todo o país ganharam força inesperada nos últimos meses. Criada no final de 2022, em menos de 15 dias a Frente reuniu mais de mil pessoas em um grupo de WhatsApp. Em 2023, já são 2500 pessoas no grupo. E, além dos dez delegados eleitos nas etapas municipais e estaduais, a conferência livre aprovou outros 19. “Então, estamos com quase 30 delegados para defender a Política Nacional de Cuidados Paliativos com a garantia de financiamento em todas as redes de atenção”, diz ela, que também é professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), explicando que o conceito de cuidados paliativos é amplo e vem da Organização Mundial da Saúde (OMS). “A proposta é melhorar a qualidade de vida das pessoas que apresentam doenças que ameaçam a vida. O cuidado paliativo deve ser ofertado o mais precocemente possível durante toda a trajetória, até a finitude da vida, para a garantia de qualidade de vida,

atentando para quatro fatores: físico, emocional, social e espiritual”. Toda essa mobilização surtiu efeito e os cuidados paliativos estão entre as primeiras diretrizes mencionadas na Resolução nº 715. Diz o texto: “Implementar a Política Nacional de Cuidados Paliativos, com garantia de financiamento, integrada à Rede de Atenção à Saúde, e como componente de cuidado na Atenção Básica em Saúde, através da Estratégia de Saúde da Família”. A inclusão dos cuidados paliativos como integrante da Atenção Básica reforça o argumento de Sonia de que não há necessidade de uma polarização entre universalização e focalização como foi feito na criação do SUS. “No entanto, em vez de substituir a universalização pela focalização [no SUS] o que foi feito foi a promoção do modelo de atenção preventivo, com ênfase na Atenção Primária de Saúde, com a atuação de Agentes Comunitários de Saúde e das Equipes de Saúde da Família. Ao invés de reservar o setor público apenas para os pobres, discriminando-os, o que se buscou foi articular ações focalizadas dentro de um sistema universal, desfazendo falsas contradições”, escreveu ela no artigo publicado pelo CEE.

Implementação das decisões

A efetivação das propostas levantadas durante a CNS é um dos grandes desafios que atravessam as edições da conferência. “As CNS têm sido reconhecidas como importante espaço para vocalização de demandas da sociedade e são formas de pressão e questionamentos das políticas vigentes e de proposição de mudanças para o Ministério da Saúde, mas não são suficientes para revelar uma cultura de democracia na formulação das políticas. Após minha terceira participação, entendo que permanece o desafio da continuidade dos esforços para que as disputas por políticas públicas possam se constituir de forma coletiva e democrática”, disse a vice-diretora de Ensino e Informação da EPSJV, Ingrid D’avilla, que teve nas conferências seu objeto de pesquisa durante o mestrado.

A continuidade das articulações também é uma preocupação de Geandro. “Todo mundo saiu da Conferência com um ânimo importante. Não apenas por conta da 17ª, mas pelo processo todo que foi sendo construído. Porém, talvez, excetuada a Oitava Conferência [realizada em 1986 e um marco para a criação do SUS], a maioria das propostas não são levadas adiante”, avalia, acrescentando que o motivo das pautas não serem concretizadas, muitas vezes, é a diferença de correlação de forças presente dentro e fora da conferência. “Por exemplo, a questão do nascituro, a correlação de forças na conferência extremamente favorável conseguimos derrubar isso. Essa correlação não é a mesma nem na sociedade nem no Congresso. É preciso destacar isso, porque o ânimo no final das conferências é bacana, mas se não se transformar em potência de um movimento contínuo e permanente, gera um desgaste, uma condição de não acreditar no processo”, avaliou o professor-pesquisador da EPSJV. ●



CLARISSE CASTRO



Em julho de 2023, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, pela primeira vez, um módulo com dados específicos sobre pessoas com deficiência na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD Contínua. O estudo mostra que a população de dois anos ou mais com deficiência é de 18,2 milhões de pessoas. A taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é de 19,5%, enquanto a de pessoas sem deficiência é de 4%. A participação na força de trabalho também é bastante discrepante entre pessoas com e sem deficiência: 29% ante 66%. Diante de tantos desafios, a secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Anna Paula Feminella, uma mulher cadeirante, fala das consequências de uma sociedade que fez avanços, mas ainda é bastante capacitista, e detalha os principais eixos do segundo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Plano Viver sem Limite 2.

JULIANA PASSOS

“AS AÇÕES PARA SUPERARMOS A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PASSAM POR UMA MUDANÇA CULTURAL DA SOCIEDADE”

Anna Paula Feminella

VIVEMOS NUMA SOCIEDADE CAPACITISTA? QUAIS POLÍTICAS VOCÊ DESTACA COMO ATUANTES PARA MITIGAR ESSE FATO?

Eu acho que estamos começando a quebrar os paradigmas anteriores de deficiência, mas ainda existe uma cultura muito forte que nos coloca na condição de beneficiários dos serviços previdenciários, assistenciais ou de serviços de saúde e habitação. Essa perspectiva é tanto caritativa quanto biomédica, mas estamos começando a vencer essa invisibilidade a partir do diálogo, da paciência para explicar que as pessoas com deficiência existem, são importantes ao longo da história e que nossas especificidades precisam ser abordadas não como algo que nos desabone, mas sim como um dado da realidade. As experiências, as nossas especificidades, a diversidade e a heterogeneidade de corpos e comportamentos na humanidade não nos exclui de participar e contribuir na sociedade.

As ações para superarmos a violação de direitos das pessoas com deficiência e as próprias violências sofridas por essas pessoas passam por uma mudança cultural. Esse é um tema ainda tabu não só para a sociedade brasileira, mas para toda a sociedade ocidental, principalmente, que não trata o tema da deficiência com a devida necessidade e com o devido entendimento de que é um assunto de interesse público coletivo. Apesar do grande número de pessoas com deficiência na sociedade, ainda encontramos muitas barreiras para nos sentirmos parte de uma coletividade, para além do espaço privado da casa ou de instituições que segregam as pessoas com deficiência. Acreditamos que a cultura tem o potencial de mudar o discurso em relação às pessoas com deficiência na escola, em todas as políticas públicas e também no cotidiano com uma abordagem anticapacitista. De que forma? Mostrando o quanto as pessoas com deficiência estão na sociedade, contribuem para o desenvolvimento econômico, humano e para a democratização dessa sociedade. Há diversas formas de ver, de sentir, de perceber a realidade e de contribuir na sociedade. E tudo isso ainda é uma novidade dentro do espaço da gestão pública.

POR QUE NOVIDADE?

Essa não é uma pauta polarizada, não há quem diga “sim, sou contra pessoas com deficiência”. No discurso político, ninguém diz ser contra,

“

APESAR DO GRANDE NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE, AINDA ENCONTRAMOS MUITAS BARREIRAS PARA NOS SENTIRMOS PARTE DE UMA COLETIVIDADE, PARA ALÉM DO ESPAÇO PRIVADO DA CASA OU DE INSTITUIÇÕES QUE SEGREGAM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

dizem que querem nos proteger, mas nos isolam e nos segregam. Gestores públicos em geral não são contra a inclusão das pessoas com deficiência em qualquer espaço, mas muitas vezes não têm as ferramentas para fazer a gestão dessa inclusão. E apesar da existência da política de cotas no serviço público, no mercado de trabalho e nas políticas educacionais, só o acesso não é o suficiente. A continuidade e a qualidade dessa participação social ainda são fatores que precisamos evoluir e construir juntos.

NESSE SENTIDO, QUAL É A IMPORTÂNCIA DE TER UM PLANO NACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

A importância é exatamente esse diálogo entre a sociedade e os governos – municipais, estaduais e federal – tanto no âmbito governamental quanto na articulação com a sociedade civil. Hoje a maior experiência de inclusão de pessoas com deficiência está na sociedade civil que atua sob o lema “conosco e não sem nós”. A perspectiva desse diálogo com a sociedade civil nos ajuda a vencer as barreiras de um capacitismo que está institucionalizado, de um capacitismo não plenamente desvendado por muitas pessoas que criam e implementam as políticas públicas. Precisamos do fortalecimento do controle social para aumentarmos o protagonismo de diversos agentes da sociedade, não apenas das pessoas com deficiência, mas também, por exemplo, dos familiares das pessoas com deficiência, que também são impactados por esse capacitismo, assim como os profissionais que são ativistas de direitos humanos, dos profissionais cujas atividades promovem a inclusão da pessoa com deficiência, como o fonoaudiólogo, o intérprete de Libras, a pessoa que faz a audiodescrição. Então, temos um caminho longo para trilhar e precisamos realmente desse pacto social para construção do Plano Nacional.

VOCÊ PODERIA FALAR DOS PONTOS POSITIVOS DO PRIMEIRO PLANO NACIONAL E QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA A SEGUNDA EDIÇÃO?

O primeiro Plano, criado em 2011, teve um desenho bastante arrojado, no qual a Casa Civil, a pedido da então presidente Dilma Rousseff, monitorava muito de perto as metas de cada ministério integrante do Plano Nacional Viver Sem Limite 1. Naquele momento, havia uma articulação com 15 órgãos federais que compunham o Comitê Interministerial de Monitoramento e Avaliação do Plano. Então, ele foi elaborado inicialmente por 15 ministérios, sob a coordenação do Antônio José Ferreira, que era o secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência em 2011 e, junto à Casa Civil, faziam essa aproximação das políticas setoriais com as demandas que a sociedade civil propõe por meio do Conade [Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência]. Naquele momento, o Viver Sem Limite tinha quatro eixos de ação: acesso à educação, acesso à saúde, inclusão social e acessibilidade. Então, eram os quatro principais. A saúde e a educação ainda são prioridades para nós, porque são importantes para a qualidade de vida.

A educação recebeu esse destaque por ser o primeiro espaço de sociabilidade fora do ambiente privado, é aquele momento que integra, é o Estado no dia a dia. No entanto, muitas pessoas com deficiência ainda estão no ambiente privado, nós ainda não estamos na arena pública. Precisamos vencer essa barreira da visibilidade. Quando a gente vai para a política, a gente sabe que, literalmente, quem não é visto, não é lembrado. Então, a gente tem no Viver Sem Limite 2 a intenção de ampliar essa participação social com o protagonismo da pessoa com deficiência.

VOCÊ PODERIA DETALHAR OS QUATRO EIXOS DO NOVO PLANO?

São muitas as lacunas assistenciais para a plena equiparação de direitos da pessoa com deficiência, por isso, pensamos em quatro eixos de atuação. O primeiro é a gestão inclusiva e participação. O foco é qualificar essa participação em todas as esferas da sociedade. Por exemplo, identificamos que os empregadores, no âmbito público e privado, têm dificuldades em fazer a inclusão das pessoas com deficiência, porque a cota é apenas a porta de entrada. Além da porta de entrada, é preciso haver acessibilidade, oportunidades de desenvolvimento profissional, condições objetivas desse indivíduo estar lá, contribuindo com seu trabalho, sua profissão. Também queremos qualificar essa participação nos nossos conselhos de direitos, nas conferências e desenvolver estratégias efetivas para ampliar essa participação social. Acreditamos que os Direitos Humanos não cabem só no Ministério e a participação social das pessoas com deficiência não cabe só no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ao mesmo tempo, ainda há uma lacuna no entendimento dos movimentos, porque, em geral, entendem muito das demandas específicas das pessoas com deficiência, mas ainda precisam entender como o Estado brasileiro está formado, como funcionam as instâncias de participação e a incidência da sociedade civil junto à formulação, desenvolvimento e controle social. É preciso qualificar e formar novas lideranças com deficiência. Temos ações nesse âmbito, inclusive coordenadas pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência em diálogo com todos os outros ministérios. No eixo dois, vamos abordar um tema bastante complexo, que é o enfrentamento do capacitismo e da violência por meio da difusão dos meios de denúncia e do acesso

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), tecnologia assistiva é uma área do conhecimento interdisciplinar que inclui produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o objetivo de promover atividades e participação de pessoas com deficiência.

ao Poder Judiciário para a proteção e reparação das violações e violências. Além das campanhas nos meios de comunicação, queremos a inclusão de conteúdo referente à deficiência pela perspectiva de direitos humanos em todos os currículos, nos sistemas educacionais, em todos os níveis.

O terceiro eixo de atuação é a acessibilidade de **tecnologia assistiva**, promovido bastante pelo plano anterior e que foi mantido também como tema central no novo plano. Acessibilidade como aquela ferramenta que promove acesso a todos os direitos. Entre as primeiras medidas, vamos mapear o que é que tem de acessibilidade em cada prédio público do governo federal no território brasileiro e vamos construir com eles planos de acessibilidade. Vamos prever também orçamento, pois não tem como fazer acessibilidade sem planejamento, sem orçamento adequado para fazer direito a ter direitos. A regulação da acessibilidade está aí. Então há várias regras e vários artigos da LBI [Lei Brasileira de Inclusão] que precisam ainda ser regulamentados. Vamos lançar em breve um cadastro de centrais de Libras [Língua Brasileira de Sinais] em todo o país e apresentar publicamente quais são os municípios que já têm essa centrais. O quarto e último eixo é a promoção dos direitos humanos alinhada aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Nesse eixo entram todas aquelas políticas universais que precisam ser efetivas para nós. Aqui entramos no rol dos estudos demográficos sobre a população com deficiência, entre eles a política de enfrentamento à fome e insegurança alimentar, em que é preciso identificar quantas pessoas com deficiência estão nos estratos mais empobrecidos, assim como a saúde da pessoa com deficiência não pode ficar só no âmbito da saúde especializada. Isso já aconteceu comigo. A gente chega na porta de um posto de saúde e o segurança, já do portão, diz que o atendimento é no Sarah Kubitschek, por exemplo, no caso de Brasília. Mas eu sou uma legítima demandante dos serviços de Atenção Primária à Saúde. O eixo também inclui as mudanças climáticas e situações de desastres naturais, como nas enchentes que vivemos aqui no Brasil, levamos também para esse debate ambiental a necessidade de uma política cultural anticapacitista.

NO TERCEIRO EIXO VOCÊ CITOU AS CENTRAIS DE LIBRAS. O QUE SERIAM?

É uma iniciativa e uma inovação que veio do plano anterior, provendo recursos para que as capitais tivessem centrais de intérpretes de Libras, contratados pelos governos, e demandados pela comunidade surda. Por exemplo, uma pessoa surda tem uma consulta pré-natal e precisa do acompanhamento do intérprete no posto de saúde para garantir a chegada da informação completa daquele atendimento. Isso serve também para audiências judiciais e para todo tipo

de atendimento voltado para as pessoas quem tem a Libras como uma primeira língua.

E o impulsionamento dessas centrais depende muito de construirmos laços com os governos estaduais e municipais para que essa comunidade surda tenha esses serviços. Hoje mesmo, só para exemplificar, acabamos de ser acionados para uma situação aqui no Distrito Federal, na qual a intérprete de Libras da central do governo do Distrito Federal estava sendo impedida de acompanhar uma mulher surda que entrou em um hospital aqui em Brasília. Então, acionamos o Conade do DF e já foi resolvido. Esse é o tipo de coisa que precisa entrar no fluxo da atenção de todos os serviços públicos. E é isso que a gente quer consolidar. Por isso, o primeiro eixo da gestão inclusiva é entrar no fluxo de trabalho de todos os serviços públicos, reconhecendo essas especificidades e diversidade de recursos que a gente precisa ter para prover a efetividade do direito que está na nossa própria Constituição.

A PNAD CONTINUA, DIVULGADA EM JULHO DE 2023, MOSTRA QUE O PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM ENSINO MÉDIO CONCLUÍDO É DE 25%, ENQUANTO O DA POPULAÇÃO GERAL É DE 57%. O QUE PODE SER FEITO PARA AUMENTAR OS ÍNDICES DE ESCOLARIZAÇÃO DESSE SEGMENTO POPULACIONAL?

Esta é a primeira vez que a PNAD Contínua conta com o módulo “pessoas com deficiência”, que se propõe a pesquisar a realidade da vida da pessoa com deficiência no Brasil. Essa pesquisa segue a metodologia utilizada em muitos países e tem dados de pessoas acima de dois anos de idade que vivem em domicílios; não inclui aquelas que estão em situação de aprisionamento, em situação de rua ou instituições de longa permanência segregadas da sociedade. Então, há que se explicar isso, há necessidade de qualificar esses dados e já começamos essa conversa com o IBGE. Há a necessidade agora, com o lançamento dessa pesquisa, que novos pesquisadores façam essa análise mais aprofundada, inclusive questionando esses números. Eu acho que o mais importante para mim foi escancarar o nível da desigualdade social e o fato desses indicadores serem absurdamente mais baixos do que os nossos pares sem deficiência. Mas considero que o grau de desigualdade que temos nessa amostragem ainda é pequeno. Temos um grande percentual de pessoas com deficiência que não estão ali presentes, descoladas completamente dos índices e dos serviços públicos, que deixaram de procurar os serviços públicos porque têm certeza de que não serão atendidas. Mas estamos aprofundando esse diálogo, tanto com o IBGE, quanto com o Ministério do Planejamento e Orçamento para dar continuidade e aperfeiçoar a pesquisa.

VOCÊ PODERIA DAR EXEMPLOS DA NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO?

Na 16.ª Conferência Internacional dos Estados Partes da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência [realizada em junho de 2023, em Nova Iorque, nos Estados Unidos], tivemos a oportunidade de conversar com dirigentes de diversos países que utilizam outras abordagens sobre a análise censitária. Então, por exemplo, na Espanha, eles incluem perguntas como ‘quais barreiras você encontra para poder se manter na educação, para chegar no mercado de trabalho?’ É importante detalhar essas barreiras para então fazer política pública baseada nas evidências da existência dessas barreiras. Mas, especificamente na Educação, tivemos, nos últimos anos, um deixar de lado a educação inclusiva. Não houve investimento nos últimos dois anos do governo anterior no desenvolvimento de políticas de educação inclusiva. E isso impacta em um sucateamento das salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas do Brasil inteiro. Uma das metas é a ampliação das salas de aula e dos recursos existentes. Para quê? Para promover o acompanhamento desse aluno, não só na sala de aula regular, mas também em um acompanhamento auxiliar. A educação inclusiva se faz quando a escola inteira está engajada nessa inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis. O que inclui a necessidade de pensar cursos técnicos. Por exemplo, temos uma ausência, uma diminuição das oficinas ortopédicas, oficinas de construção das órteses [equipamentos de uso provisório que auxiliam no desempenho motor de uma parte do corpo] e próteses [dispositivos de uso permanente, que substituem um membro amputado], porque precisamos de mais profissionais ortesistas e protesistas.

“
UMA DAS METAS É A AMPLIAÇÃO DAS SALAS AULA E DOS RECURSOS EXISTENTES. PARA QUÊ? PARA PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DESSE ALUNO, NÃO SÓ NA SALA DE AULA REGULAR, MAS TAMBÉM EM UM ACOMPANHAMENTO AUXILIAR. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA SE FAZ QUANDO A ESCOLA INTEIRA ESTÁ ENGAJADA NESTA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS**”

EM RELAÇÃO AO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO, A TAXA DE OCUPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA É DE 29%, MENOS DA METADE DO QUE AS PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA. AS COTAS TÊM AJUDADO A DIMINUIR ESSA DIFERENÇA? O QUE MAIS PRECISA SER FEITO?

As cotas são uma conquista histórica do movimento de pessoas com deficiência. Então, essa é uma legislação que já tem 32 anos [Lei nº 8.213/1991]. Não queremos mexer na legislação, mas queremos ampliar as medidas que qualifiquem a inserção no mercado de trabalho. Precisamos fortalecer essa atuação e isso passa, por exemplo, por campanhas de sensibilização para combater a discriminação no mercado de trabalho. Não falamos que, por exemplo, [o ex-presidente estadunidense Franklin] Roosevelt tinha deficiência [paralisia da cintura para baixo, após contrair poliomielite aos 39 anos], não falamos que [a artista plástica mexicana] Frida Kahlo, também com deficiência física, contribuíram para o desenvolvimento da nossa sociedade. Entendemos que, além da fiscalização, que é uma medida repressiva, a gente precisa ter as medidas de promoção. É preciso casar a ideia de política afirmativa, com política repressiva, com política formativa e valorativa. A política repressiva ainda é necessária porque a impunidade incentiva o descumprimento da legislação e de conquistas históricas.

O ACESSO A EQUIPAMENTOS DE QUALIDADE, COMO CADEIRAS DE RODAS E MULETAS, FOI UMA DEMANDA BASTANTE ENFATIZADA NA ATIVIDADE AUTOGESTIONADA REALIZADA NA 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, EM JULHO DE 2023. O PLANO NACIONAL PODE FACILITAR ESSE ACESSO?

Essa pergunta está relacionada ao quarto eixo, que trata da promoção de direitos humanos, econômicos, sociais e culturais. Queremos incentivar a indústria brasileira a produzir mais tecnologias assistivas de qualidade e, para

isso, precisamos de fomento à industrialização. É preciso estar em diálogo com outros ministérios para que a aquisição de equipamentos atenda a critérios de qualidade para não termos, por exemplo, cadeiras de rodas extremamente pesadas que inviabilizam a locomoção. O gasto público precisa ser eficiente no sentido de gerar a mudança e a melhoria da qualidade de vida dessa população.

A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS FOI TAMBÉM BASTANTE DEBATIDA NA CNS. COMO ESSA FORMAÇÃO DEVE SER FEITA?

O que eu vejo e acho importante é que precisamos primeiro incidir numa formação nacional de educação em direitos humanos para gestores públicos e para a população em geral. Uma política de formação em direitos humanos é fundamental. Essa formação não é com foco no tipo de deficiência, temos que reconhecer a especificidade quando chegamos na implementação, no detalhamento do acesso ao serviço público. Se chegamos direto no mecanismo da acessibilidade ou em questões muito específicas, as pessoas têm dificuldades de entender a necessidade de reconhecer as especificidades. Então, precisamos antes abordar o que nos embasa, o entendimento de direitos humanos na agenda da pessoa com deficiência. O reconhecimento das especificidades está no detalhamento, o que nos fundamenta a acessar direitos humanos mais fundamentais, como o direito de ir e vir, a uma vida digna, ser tratada com dignidade, com respeito, o de participar da sociedade, ter voz, vez e expressão. Então, são muitas as questões. Por isso, não basta ir diretamente na regulação da acessibilidade, estamos tratando de uma coisa mais profunda, que envolve mexer na cultura política da sociedade brasileira como um todo. ●

NOVOS FORMATOS, MESMAS CONSEQUÊNCIAS

Cigarros eletrônicos e artesanais ganham preferência dos usuários e preocupam especialistas

JULIANA PASSOS

Quem já passou dos 30 anos provavelmente presenciou uma mudança importante no comportamento social em relação ao cigarro. Se, no passado, era possível tragá-los em espaços fechados, seja no trabalho seja em festas, hoje, os fumantes estão cada vez mais limitados a espaços abertos – pelo menos quando se trata do cigarro convencional. O cigarro tradicional vem perdendo espaço para o cigarro eletrônico, também chamado de *vape* porque, diferentemente do comum, na versão eletrônica o processo de combustão é por meio da vaporização. Outra modalidade que vem ganhando adeptos é o cigarro artesanal, também conhecido como “tabaquinho” e que, assim como o *vape*, também pode ser aromatizado. Essa aromatização é um dos principais atrativos desses cigarros para seus usuários, como é o caso da gerente de relacionamento Monica de Santini. Há três anos, ela decidiu parar de fumar o cigarro convencional por questões de saúde, mas não resistiu aos cigarros eletrônicos. Começou pedindo emprestado aos amigos em festas e depois passou a ter o seu próprio dispositivo. “Os *vapes* têm a vantagem de não deixar cheiro, têm gosto bom e eu posso fumar em quase todo lugar. Com certeza, o sabor é um dos maiores atrativos e o torna bem mais social”, comenta. Já a respiração pesada e a sensação de vácuo entre o nariz e a garganta, a tal ressaca do cigarro, se mantém. “Hoje fumo muito menos e pretendo parar, mas quando fumava mais, a sensação no dia seguinte era horrível”, conta ela.

De variados formatos, parecidos com canetas, *pen drives* ou até telefones celulares, os dispositivos eletrônicos para fumar funcionam com uma pequena bateria interna, responsável por aquecer o líquido inserido no dispositivo, que será aspirado pelo usuário e vaporizado. Apesar da venda e da produção serem proibidas no Brasil, em uma rápida busca pela internet é possível encontrar uma grande variedade de dispositivos eletrônicos disponíveis com diversos sabores, desde os mais fortes, como do próprio tabaco e charutos, até chocolate e baunilha. A composição variada e o cheiro mais suave também são vantagens do cigarro artesanal, na opinião da professora de história Gabriela da Fonseca, fumante de tabaco artesanal há dez anos. “Sem dúvida, social-

mente o cigarro artesanal é mais aceito. Posso fumar mesmo dentro de casa e recebo elogios como ‘esse cigarro não cheira’, ‘essa fumaça é agradável, quase como se fosse um incenso mesmo’”, diz. Ela acrescenta que passou a fumar menos por montar o próprio cigarro e assim tem reduzido a ressaca e aliviado o bolso.

A coordenadora do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), Silvana Turci, explica que o cheiro não tem relação com a toxicidade do produto e faz um paralelo com o gás de cozinha. “O gás natural não tem cheiro, o que sentimos é um cheiro artificial para identificarmos um vazamento, do contrário, poderíamos morrer sem entender que era preciso fechar o gás ou chamar socorro”, exemplifica, acrescentando que, mesmo sem ter o cheiro, a toxicidade dos derivados de tabaco permanece alta.

Em maio de 2023, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitiu uma nova nota técnica em que proíbe fumar cigarros eletrônicos em locais fechados. A determinação está em vigor desde 2009, mas o órgão precisou reafirmar sua decisão diante de novos elementos trazidos pela indústria do cigarro que pareciam indicar uma capacidade menos nociva desses produtos. “É preciso rever a legislação quando novos indícios são apresentados, e a Fiocruz tem participado dessas discussões, ao lado de pesquisadores do mundo inteiro, com relatos e evidências científicas

de que os elementos apresentados não se sustentavam. E isso gerou a nota técnica que manteve a resolução de 2009”, relata Silvana Turci.

Para o pesquisador do Instituto Nacional do Câncer (Inca), André Szklo, os fabricantes de cigarros fazem uma pressão constante para que essas normas sejam revisadas. “Existe uma forte pressão da indústria para liberar os dispositivos eletrônicos para fumar. Graças ao corpo técnico da Anvisa e à pressão da sociedade civil organizada, o Brasil continua resistindo, porque não há evidência científica que justifique a liberação desses dispositivos, nem a comprovação da sua segurança ou de que sejam capazes de operar como redutores de danos”, defende.

O Brasil é exemplo no combate ao fumo e, desde 1986, conta com o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT). Na última década, o país alcançou uma redução significativa no número de fumantes, quando a taxa de adultos fumantes caiu de 18% para 12,6% no período de 2008 a 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Agora, o que tem preocupado os especialistas é a estagnação dessa queda e a atração por novas modalidades de cigarro, como o eletrônico e o artesanal, principalmente entre os mais jovens. A redução de fumantes vista entre os adultos não ocorreu entre os adolescentes brasileiros, que de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) variou de 6,6% para 6,8% no período de 2015 a 2019.

O que já se sabe sobre esses produtos

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), há mais de sete mil substâncias tóxicas no cigarro, dessas, pelo menos 70 estão no grupo de maior risco de provocarem câncer. Neste grupo está o alcatrão, composto de substâncias cancerígenas formado após a combustão dos derivados do tabaco. Por não haver queima, mas aquecimento, o cigarro eletrônico não contém alcatrão, mas contém algumas substâncias cancerígenas já conhecidas, apesar de ser um produto ainda pouco estudado em relação às décadas de trabalhos sobre o tabaco convencional. Entre as substâncias cancerígenas já mapeadas está o propilenoglicol que, quando aquecido, divide-se em outras substâncias: formaldeído, acetaldeído, acroleína e acetona, classificadas como cancerígenas. Em relação ao tabaco artesanal, Silvana lembra que a queima de qualquer substância orgânica produz alcatrão. “No caso da queima da folha de tabaco, isso significa gerar pelo menos 60 compostos cancerígenos diferentes”, diz. Ela acrescenta que o filtro vai fazer pouca diferença na proteção do organismo diante dessas substâncias, embora proteja a garganta da irritação. “Não existe nenhum nível seguro de exposição à substância cancerígena. Algumas pessoas podem desenvolver câncer em uma pequena exposição e outras podem ter uma maior resistência”, explica.

Em resposta enviada por meio da assessoria de imprensa, a Anvisa esclarece que o nível de toxicidade de determinado produto depende de diversos fatores. “A toxicidade de um produto ou de uma

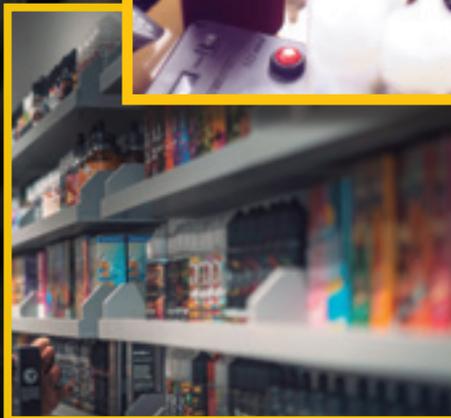
substância depende de diversos fatores, entre eles, a quantidade ingerida, a forma de consumo, a população atingida, os fatores biológicos, entre outros. O melhor indicador de impacto é o risco, que indica a probabilidade da ocorrência de um evento adverso. Além da toxicidade de uma substância, considera a exposição da população, sua forma de uso, a susceptibilidade, entre outros fatores”, diz a Agência.

A entidade explica ainda que a toxicidade pode limitar a análise, uma vez que alguns produtos se tornam tóxicos quando ingeridos em alta quantidade, como sal e açúcar, e produzem impacto na saúde pública como o aumento de casos de hipertensão e diabetes. Em relação às novas formas de tabaco, em comparação à tradicional, a posição da Anvisa é que não existe um produto que possa ser considerado “melhor” ou “pior”, pois todos são capazes de causar danos à saúde, e ainda que os efeitos estejam sendo estudados, a dependência à nicotina é um fator comum. “A nicotina é uma substância altamente viciante encontrada em todas as formas de tabaco, incluindo cigarros convencionais, vapes e ‘tabaquinho’. Ela é responsável pela dependência ao tabaco e está associada a uma série de efeitos adversos à saúde, como aumento da pressão arterial, doenças cardiovasculares e distúrbios respiratórios”, explica Diogo Alves, Oficial de Controle do Tabaco e Impostos de Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e da OMS. De acordo com a Organização, desde 2009, a produção e a venda de cigarros eletrônicos são proibidos no Brasil e em oito países da região das Américas com base no princípio da precaução, embora o consumo seja permitido. Ainda segundo a OMS, o tabagismo causa cerca de um milhão de mortes por ano na região das Américas. Dessas, mais de 93 mil mortes são causadas pela exposição ao fumo passivo. Quase metade das mortes por doenças pulmonares crônicas são atribuíveis ao consumo de tabaco e 5% ao fumo passivo. Além disso, 15% das mortes por tuberculose e 12% das mortes por asma são atribuíveis ao tabagismo.

A pesquisadora do Cetab alerta para a forte relação entre o tabagismo e o desenvolvimento de câncer. De acordo com a pesquisadora, 30% dos casos de câncer no Brasil estão relacionados ao consumo de



ELIQUIDS - UIC-8R19UZEI - FO - UNSPLASH



ANTONIN - FEES - ODOMOSUGNWK - UNSPLASH



FREPIK

Produção de tabaco e custo para a saúde

Ao mesmo tempo em que possui uma política ampla de acompanhamento do tabagismo, o Brasil é o maior exportador e o terceiro maior produtor de tabaco do mundo, atrás de China e Índia, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A produção brasileira corresponde a 12,6% do total mundial. Os dados estão presentes no relatório da ONG ACT Promoção da Saúde, lançado em maio de 2023, para chamar a atenção para o tamanho da área destinada ao plantio de fumo, hectares que poderiam estar produzindo alimentos. O

relatório foi estimulado pelo tema da campanha lançada pela OMS no Dia Mundial de Combate ao Tabaco – 31 de maio – intitulada “Plante comida, não plante tabaco”.

De acordo com a pesquisa, o país tem 357.230 hectares destinados ao tabaco, uma área cinco vezes menor do que a destinada ao plantio de arroz. Uma proporção considerada alta em comparação a outros países, uma vez que o arroz é um alimento de consumo básico para boa parte dos brasileiros. “Se houvesse uma redução maior da quantidade de terras de produção de tabaco para a produção de comida diversa e de verdade, teríamos ganhos no enfrentamento da insegurança alimentar. Além disso, a diminuição da produção de tabaco representaria em si algo benéfico para o conjunto da sociedade, uma vez que, se a produção diminui, o preço é encarecido, contribuindo para a diminuição do consumo de algo tão prejudicial para a saúde pública”, diz o documento.

Cálculos feitos em 2020 pelo Instituto de Efetividade Clínica e Sanitária (IECS), instituto independente da Argentina, estimaram que o custo do tratamento das doenças provocadas pelo consumo de tabaco é de R\$ 125.148 bilhões ao ano no Brasil. O valor equivale a 23% do gasto do país para enfrentar a pandemia de Covid-19 no mesmo ano – R\$ 524 bilhões. O Instituto considera que os valores podem estar subestimados por não incluírem ações de prevenção e tratamento para interromper o consumo.

tabaco. No caso de câncer no pulmão, essa taxa sobe para 90 a cada 100 pessoas. Em 2019, pesquisadores dos Estados Unidos identificaram uma doença, chamada de Evali (sigla em inglês para lesão pulmonar induzida pelo uso de cigarro eletrônico), provocada especificamente pelo consumo da versão eletrônica. Em fevereiro de 2020, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos divulgou um comunicado de que havia identificado 2.807 casos de hospitalizações e mortes decorrentes da doença. Em nota divulgada em abril de 2022, sobre o uso de cigarros eletrônicos, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) enfatiza o potencial danoso desses equipamentos e entende que é preciso uma maior difusão dessas informações entre os usuários. “Estudos científicos mostram que o uso dos DEFs [dispositivos eletrônicos para fumar], tanto agudo como crônico [ocasional ou frequente], está diretamente ligado ao surgimento de várias doenças respiratórias, gastrointestinais, orais, entre outras, além de causar dependência e estimular o uso dos cigarros convencionais”, diz o documento, que alerta para pouca difusão do conhecimento sobre esses malefícios.

Auxílio no combate ao fumo?

Em abril de 2023, o governo da Inglaterra divulgou o lançamento da campanha *Swap to stop* [Trocar para Parar] em que está prevista a distribuição de cigarros eletrônicos para os fumantes, em especial os de maior risco, como gestantes. Embora proíba a distribuição desses dispositivos para crianças e adolescentes, a decisão da Inglaterra é contrária ao que

recomenda a OMS. “Não há evidências que apontem o uso dos cigarros eletrônicos como auxiliar na cessação. O que se tem notado é o uso dual de produtos. Muitas vezes, o fumante de cigarros convencionais, a partir da desinformação sobre uma menor toxicidade desses produtos, acaba utilizando-o no intuito de parar de fumar. O que acontece é que muitas vezes o produto não entrega a nicotina a que o indivíduo está acostumado e, por isso, ele acaba utilizando os dois produtos de uma vez”, disse Alves.

Para a pesquisadora da Ensp, usar cigarro eletrônico para combater o consumo de tabaco é “trocar seis por meia dúzia”, além de não considerar o aspecto da saúde pública. “Você acaba aumentando muito o acesso de pessoas e, principalmente, de jovens que nunca teriam pensado em fumar. Então, acaba acontecendo um aumento no consumo, contato e dependência da nicotina, que não haveria em uma outra situação. Porque quando falamos de saúde pública, temos que pensar no bem-estar de toda a comunidade”, avalia. Em contrapartida, ela cita os tratamentos oferecidos pelo SUS para quem quer parar de fumar, que vão desde a distribuição de balas de mascar e adesivos de nicotina, até medicamentos e grupos terapêuticos. Ela explica que, diferentemente dos cigarros eletrônicos, em que a quantidade de nicotina é desconhecida, o uso das balas de mascar e adesivos oferecem uma quantidade controlada da substância e auxiliam na redução gradual da dependência.

A posição de Silvana é a mesma defendida pela SBPT. Em comunicado sobre o tema, a entidade mostrou preocupação com a decisão do Ministério da Saúde inglês e pontuou que essa não é uma estratégia de saúde comprovada, enquanto há tratamentos eficazes contra a dependência. “A melhor maneira de parar de fumar é uma combinação de aconselhamento comportamental e farmacoterapia”, diz a nota, que cita ainda um estudo de 2016, publicado na revista *The Lancet Respiratory Medicine*, que diz que o sucesso do tratamento das pessoas que tentaram parar de fumar cigarro tradicional com o uso de cigarros eletrônicos foi 28% menor do que entre aquelas que não usaram o dispositivo.



Preocupação com os adolescentes

Uma preocupação frequente levantada pelos pesquisadores ouvidos por esta reportagem é a capacidade de os novos dispositivos atraírem o público adolescente. Em artigo de André Szklo e Neilane Bertoni, ambos pesquisadores do Inca, os autores destacam os dados da PeNSE sobre a quantidade de estudantes de 13 a 17 anos que experimentaram cigarros eletrônicos. A média nacional é de 16,8%, com destaque para a região Centro-Oeste, onde a proporção chega a 23,7%.

André explica que a adição do mentol, por exemplo, aumenta a rapidez com que a

nicotina é absorvida pelo corpo e o poder viciante do tabaco. “Os aromas e sabores também têm uma outra função, de tornar esse primeiro contato com o produto mais aceitável. Se você tem um produto que é cheiroso, perfumado, que dá uma certa sensação de ser mais macio na garganta, isso vai facilitar esse contato inicial com a substância”. E a questão do sabor não é exclusiva do cigarro eletrônico, o cigarro artesanal também tem apresentado novas opções. Ao longo das décadas, foram diversas transformações para incentivar o consumo do cigarro e derivados. Silvana conta que os cigarros convencionais com filtro começaram a ser amplamente comercializados após a Segunda Guerra Mundial, mas que eles têm pouco efeito na filtragem de substâncias cancerígenas, embora ofereçam um alívio para a irritação na garganta. Outra mudança ao longo dos anos foi a adição da amônia para aumentar o efeito da nicotina no cérebro. “A amônia em contato com aquecimento do cigarro gera uma quantidade maior de nicotina que chega mais rápido ao cérebro e assim vai fazendo com que essa pessoa fique dependente mais rapidamente ou que consiga ficar menos tempo sem fumar”, detalha.

Para a coordenadora do Cetab, a forma como esses produtos são apresentados, em diversos formatos e sabores, são um atrativo para novos consumidores, principalmente os mais jovens. “Crianças e adolescentes que não teriam interesse no cigarro, por ver esse produto tão atraente, tão interessante do ponto de vista eletrônico, do cheiro, do aspecto, acabam usando”. A OMS lembra que a estratégia de oferecer versões mais leves de tabaco não é nova. “No passado, a indústria do tabaco desenvolveu produtos ‘light’ que, por meio de estratégias de marketing, passavam a ideia de que eram menos prejudiciais”, alerta. Mais recentemente, os esforços da entidade estão voltados para a implementação de políticas de controle do tabaco, como embalagens padronizadas e sem atrativos, restrições à publicidade e à promoção de produtos de tabaco, proibição de substâncias saborizantes, aumento de impostos, acesso limitado a produtos de tabaco e educação sobre os riscos do consumo de tabaco.

O poder da nicotina e as novas propagandas

A nicotina é classificada como uma substância psicoativa por estimular o Sistema Nervoso Central (SNC), acionar neurotransmissores como o glutamato e a dopamina – que trazem a sensação de prazer, melhoram do desempenho cognitivo e o controle sobre as emoções negativas, o que leva a diminuição da ansiedade e do apetite. “Quanto mais rápido for o pico de ação de uma substância psicoativa, maior será o risco de dependência”, explica a publicação “Cigarros eletrônicos: o que sabemos? Estudo sobre a composição do vapor e danos à saúde, o papel na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina”, publicada em 2016 pelo Inca, com organização de Stella Regina Martins.

O pesquisador do Inca lembra que essa sensação é temporária e as consequências são opostas ao bem-estar inicialmente provocado. Muitas vezes, associado a momentos de aventura, liberdade e virilidade nas propagandas, o tabaco produz, na verdade, o efeito contrário. “O uso de produtos derivados de tabaco está relacionado à impotência sexual, falta de ar, doenças pulmonares e aumento da gordura visceral, associada a um maior risco do desenvolvimento de doenças cardiovasculares”, explica André. Ele acrescenta que a transformação dos produtos também está acompanhada de um novo discurso para atrair usuários, como a tecnologia associada aos cigarros eletrônicos, assim como o cigarro artesanal está associado a um produto mais natural, orgânico, o que, em nenhum dos casos, torna os produtos menos nocivos, de acordo com o pesquisador. “É a história se repetindo com o dispositivo eletrônico, com o cigarro artesanal, mas é a mesma indústria da nicotina”, acrescenta.

Gabriela, hoje fumante do cigarro artesanal, ainda tem na memória as propagandas de cigarro mais antigas, em que as personagens eram relacionadas a algum esporte radical ou ao momento do flerte. “Também sou da época em que muitas figuras femininas apareciam nos filmes fumando em pose de interesse e foco, nunca passivas diante da vida”, diz. Sua vontade de fumar ainda é estimulada por algumas séries de televisão, mas em geral, está associada a momentos de estresse e de necessidade de relaxamento. E a história da sua família também reflete a oposição entre o prazer, a angústia e as doenças trazidas pelo hábito. “Eu tenho imagens muito bonitas da minha mãe tragando um cigarro, mas ela parou um pouco depois do meu pai morrer em decorrência de um câncer, justamente por conta do cigarro”, conta. ●

Inteligência Artificial na Educação

Inovações recentes acendem alertas sobre possibilidades e desafios na aliança de novas tecnologias com o processo de ensino-aprendizagem formal

ERIKA FARIAS

O futuro chegou. Em meio à fascinação e receio do desconhecido, uma Inteligência Artificial ainda mais criativa, ousada – e, aparentemente, ilimitada – tem sido tema de estudos, discussões e embates. No dia 7 de julho de 2023, no painel *The AI for Good Global Summit*, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), robôs humanoides disseram ter potencial para liderar com maior eficiência e eficácia que humanos, mas reiteraram que o trabalho em conjunto é ainda mais forte: “A Inteligência Artificial pode fornecer dados imparciais, enquanto os humanos oferecem a inteligência emocional e a criatividade”, disse Sophia, um dos robôs. Essa união, segundo especialistas entrevistados pela Revista Poli, parece ser a única forma de lidar com a concretude de avanços tecnológicos como os *chatbots* [ferramentas de computador que simulam conversas com usuários humanos], especialmente quando se pensa nas possibilidades de ensino-aprendizagem no âmbito da Educação.

Inteligência Artificial: qual a novidade?

Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia com capacidade de raciocinar, aprender e agir de forma independente. E, embora o assunto tenha aparecido com mais frequência na mídia no último ano, não é algo novo. O pesquisador da área de Educação com ênfase em Inteligência Artificial nas Linguagens e na Educação, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Paulo Roberto Boa Sorte Silva, explica que a IA oferece às máquinas e aos computadores a possibilidade de imitar os recursos que temos na mente humana para, de forma mais rápida e até instantânea, solucionar problemas, estabelecer relações, tomar decisões, fazer resumos, traduções e outras inúmeras possibilidades. O professor conta que, em 2015, 16 grandes empresas de tecnologia e mídias, como o *Twitter*, *IBM*, *Amazon* e *Microsoft* adquiriram empresas focadas em inteligência artificial. “Mas, antes disso, já tínhamos o *Waze*, por exemplo, para traçar itinerário com GPS nos nossos *smartphones* e circularmos pelas cidades. E a IA também está presente quando, por exemplo, pedimos um *Uber* por aplicativo, quando fazemos pesquisa no *Google* e logo depois recebemos sugestões de filmes na *Netflix* sobre essa pesquisa, recebemos sugestões de música no *Spotify* e de anúncio no *Instagram*”, diz. Outro ponto destacado pelo pesquisador é que a Inteligência Artificial não se refere só à computação e à matemática. Existem contribuições relevantes de outras áreas, como economia, neurociência, psicologia, linguística, engenharia elétrica e filosofia. Por isso, é vista como um campo interdisciplinar.

O professor do Departamento de Informática Aplicada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Mariano Pimentel, explica que a Inteligência Artificial é a continuação desse propósito de automatizar. E que ela está no Brasil desde seus primórdios. “É claro que nós vimos um grande salto da inteligência artificial na década passada com a técnica de *deep learning* [uma forma de aprendizado de máquina que permite aos computadores “aprender” de forma semelhante ao cérebro humano]. Hoje, falamos até em *deep fake* [uso da IA para mudar rostos, simular movimentos labiais e expressões, entre outras possibilidades]. Estamos em uma encruzilhada”, alerta o professor. Outra forma de IA que tem sido falada recentemente é o *machine learning*, tecnologia que permite aos computadores irem aprendendo, a partir de dados ou padrões, e utilizarem esse conhecimento para fazer previsões ou tomar decisões.

Assim como Paulo, Mariano também relembra ferramentas de IA que já faziam parte do cotidiano de pessoas que acessam às redes. “Nós já tínhamos os algoritmos inteligentes, por exemplo, quando se mandava uma foto para o Facebook e ele identificava quem eram os amigos que estavam na foto. Ou na década de 1990, por exemplo, quando eu escaneava uma página de texto e ela convertia em texto manipulável pelo computador. A IA não é algo que ‘chegou’ aqui, ela está aqui. Não está batendo à nossa porta com o lançamento do *ChatGPT* ou *Google Bard*, ou com qualquer outra coisa desse tipo. Inclusive, o *Google* é um outro bom exemplo de inteligência artificial. Há quantos anos o mecanismo de recomendação está no Brasil e a gente usa?”, questiona.

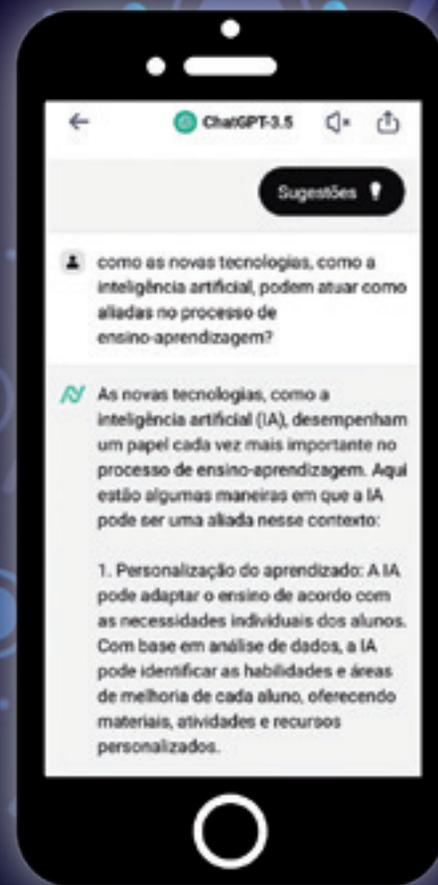
Mais conhecido atualmente, o *ChatGPT*, desenvolvido pela empresa OpenAI, foi lançado em 2022, e é capaz de produzir textos, traduzir idiomas, além de gerar conteúdos criativos, a partir de perguntas feitas pelos usuários. Já o

Google Bard, lançado no Brasil em 13 de julho de 2023, três meses após seu lançamento nos Estados Unidos e Reino Unido, traz consigo funcionalidades semelhantes, mas, segundo o próprio site, enquanto o *ChatGPT* é melhor em gerar textos criativos, o *Bard* é melhor em responder a perguntas de maneira informativa, visto que, além de ser treinado com dados de texto e código, utiliza também como dados as respostas de pesquisa do Google. Apesar das funcionalidades, há outros pontos a serem levados em conta. O *ChatGPT*, por exemplo, que já está em sua quarta versão, oferece acesso gratuito somente até sua terceira versão, que recebeu atualizações até setembro de 2021. Além disso, por utilizarem dados com informações oriundas da internet e não possuírem capacidade de discernimento, os *chatbots* podem gerar respostas imprecisas, conteúdos falsos, entre outros graves problemas.

Para a professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que integra o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Linguagem, Sociedade e Saúde (Liss), Carolina Dantas, é importante pensar o que se entende por tecnologia. Ela cita o verbete ‘tecnologia’ no Dicionário da Educação Profissional em Saúde (EPSJV, 2008), escrito por Gaudêncio Frigotto, que diz que não há como compreender a tecnologia sem entendê-la como uma prática inserida no contexto econômico, político, social, cultural, educacional, definida a partir de relações de poder e relações de classe. “A tecnologia não está descolada disso, muito pelo contrário. Então, a gente tem que se perguntar quais são as condições de produção dos chatbots, já que, como qualquer tecnologia, podem ser usados para libertar ou para oprimir, para aprofundar desigualdades ou para combatê-las”, afirma. A também professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz e integrante do Liss, Viviane Soares, complementa que é preciso entender o modo como a sociedade acolhe essas ferramentas e as incorpora em suas práticas para que se possa enfrentar o desafio de não “cultuar as maravilhas tecnológicas”. “Esse funcionamento pode estar a serviço da manutenção do racismo, por exemplo, quando pensamos em prisões feitas exclusivamente através de reconhecimento facial a partir de um banco de dados que inclui pessoas negras que nunca tiveram passagem pela polícia”, reflete.

Regulação

Até o momento, não há políticas públicas no Brasil que contemplem diretrizes para regulação da IA, mas já há bastante movimentação nesse campo. Em 2018, por exemplo, foi aprovada pelo Decreto nº 9.319/2018 e pela Portaria MCTIC nº 1.556/2018, a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, com objetivo de dar prioridade aos debates em torno da IA. Em 2020, foi proposto o Projeto de Lei nº 21/2020, que cria o marco legal



do desenvolvimento e uso da IA pelo poder público, por empresas, entidades diversas e pessoas físicas. A partir desse PL, foi formada, em 2022, uma Comissão de Juristas para analisar projetos sobre IA que estavam em discussão no Senado. Com esta finalidade, o grupo realizou audiências públicas com mais de 50 especialistas de diferentes áreas, entre poder público, da área empresarial, além de sociedade civil e comunidade acadêmica. Em maio de 2023, a Comissão elaborou um relatório final, incluindo um anteprojeto de lei, que foi convertido no PL 2338/2023. O projeto dispõe sobre o desenvolvimento, a implementação e uso responsável de sistemas de IA no Brasil, com o objetivo de “proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico”.

//

EU ACREDITO QUE AQUI NO BRASIL SE NÓS GARANTIRMOS, VIA LEGISLAÇÃO, O AVANÇO DA PROTEÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, VAMOS NOS BENEFICIAR PROTEGENDO OS NOSSOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, VALORES DEMOCRÁTICOS, A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO, A PROTEÇÃO DOS NOSSOS DADOS. A GENTE PRECISA DEBATER, E PRECISA SER RÁPIDO¹¹

PAULO BOA SORTE
Professor da UFS

(LDB), a Educação a Distância (EaD), por exemplo, foi crescendo ao longo do tempo, até que hoje a modalidade de ensino é hegemônica. Somente entre 2011 e 2021, o número de alunos que ingressou em cursos de ensino superior na modalidade EaD cresceu 474%, apontando sinais evidentes de uma inovação que deve ser debatida e aprimorada. Dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC), demonstram que, em 2021, os ingressos por meio de EaD chegaram a 62,8%; sendo que, nas

instituições privadas esse percentual chega a 70,5%. “Eu acredito que seja um número assustador, principalmente porque esses cursos são ofertados em sua maioria por instituições privadas. Não é um crescimento da oferta de EaD para todos, e sim, para quem pode pagar. Outra preocupação é que a EAD ocorre, em geral, apenas para cursos entendidos como de menor prestígio social e econômico. E o que tem acontecido agora, nesse contexto pós pandemia é o aumento da oferta de disciplinas híbridas ou totalmente *online* nas universidades. Acredito que seja um caminho sem volta e que seja algo problemático também”, contextualiza Paulo.

A educação sempre esteve na mira da computação e andou junto das tecnologias para educação. O professor Mariano explica que, na década de 1960, a computação já vinha sendo usada para a educação, com todas as suas técnicas, inclusive das inteligências artificiais. “Havia tutores inteligentes, sistemas para tentar ensinar alguma coisa a alguém. E eles eram inteligentes no sentido de entender o que a pessoa diz, de mapear o que a pessoa respondeu de certo e errado e com isso ele deduzia”, conta ele.

No final da década de 1990, o *Google* e o *Yahoo*, entre outras plataformas de busca causaram uma mudança de paradigmas no formato de pesquisas e realização de trabalhos escolares. E, assim como no passado, a tecnofobia voltou a assombrar. O professor dá como exemplo uma situação que ocorreu no início de 2023, em Nova

Novas Tecnologias na educação

Não é de hoje que as tecnologias têm adentrado o espaço das salas de aula. Autorizada em 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases

orque, nos Estados Unidos, quando o Departamento de Educação da cidade bloqueou o acesso ao ChatGPT em todos os dispositivos e redes escolares ligadas ao órgão. Na ocasião, a porta-voz do departamento, Jenna Lyle, explicou que o bloqueio se dava por preocupações com os impactos negativos no aprendizado, com a segurança e ainda, com a precisão do conteúdo. “Não é uma questão de proibir um dispositivo tecnológico, mas de rever as nossas práticas na sala de aula, de nos atualizar, de encarar os desafios que o lançamento de tecnologias novas traz para a educação. Quando nós nos informamos, descobrimos que o inimigo na verdade não é a inteligência artificial, mas, as grandes corporações que controlam a inteligência artificial”, frisa Paulo.

O professor também comenta que qualquer dispositivo tecnológico, ainda que seja proibido em sala, acaba interferindo nos hábitos cotidianos, já que o acesso vai acontecer em algum outro espaço. E tudo o que acontece na sociedade chega às salas de aula, impactando alunos e professores de alguma forma. Para ele, a solução seria pensar em como solicitar aos alunos que desenvolvam tarefas utilizando a IA. “Nós temos o papel de formar alunos para entender que agora, mais do que nunca, é preciso checar fontes de informação. Nós já fazíamos isso antes do ChatGPT. Mas agora precisamos ter cuidado redobrado para não espalhar notícias falsas. A escola precisa formar essa nova geração para entender as implicações éticas de uso de dispositivos como esses, porque eles podem tanto ajudar, quanto atrapalhar bastante no desempenho das tarefas cotidianas”, afirma.

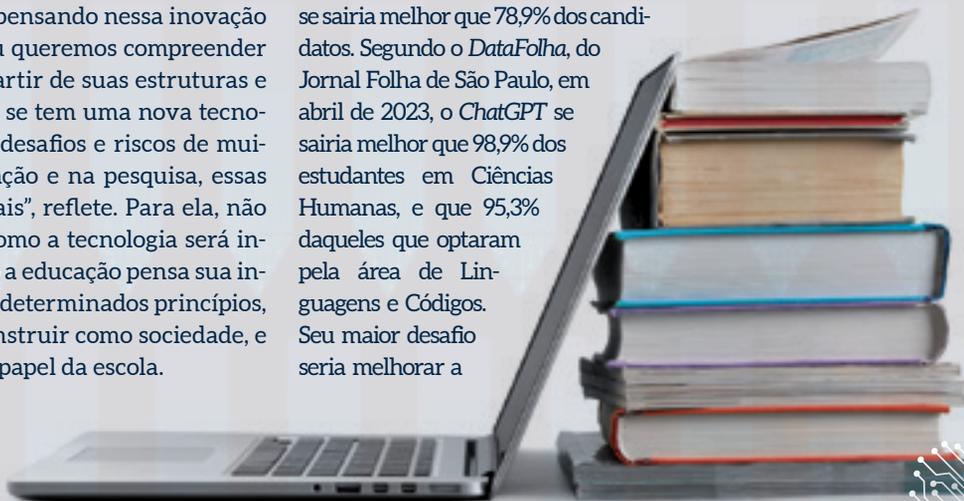
Carolina Dantas, traz à tona perguntas que devem ser feitas ao se discutir sobre quaisquer tecnologias. “Estamos pensando nessa inovação de modo utilitarista ou queremos compreender e dialogar com ela a partir de suas estruturas e engrenagens? Quando se tem uma nova tecnologia, que tem muitos desafios e riscos de muitos impactos na educação e na pesquisa, essas são perguntas essenciais”, reflete. Para ela, não é um movimento de como a tecnologia será incorporada, e sim, como a educação pensa sua incorporação a partir de determinados princípios, como o que se quer construir como sociedade, e o que se acredita ser o papel da escola.

Há também diferentes formas de pensar os *chatbots* na educação. É o que diz o professor Mariano, ao explicar que uma possibilidade é entender o ChatGPT, por exemplo, como uma espécie de professor, disponível 24 horas por dia, para o aluno que quer interagir ou conversar. “É muito mais potente que os mecanismos de busca nos quais você faz a pergunta e precisa procurar entre as milhares de respostas que ele apresenta. Eu entendo que educação é relação, autoria, criatividade, conversa, coletivo e convívio com a diferença. A formação não é só memorização de conteúdo. Meus colegas também estão repensando as suas disciplinas para que os alunos possam fazer trabalhos em parceria com o ChatGPT e para que não sejam trabalhos que essa tecnologia possa fazer pelos alunos”, observa Mariano, acrescentando que há muitos professores mobilizados em tentar entender esse fenômeno, os impactos e os efeitos dele nos processos formativos, nos processos de aprendizagem, nos processos de ensino, nos sistemas educacionais do ensino Superior, Médio, e na Educação a Distância, por exemplo. Ele conta sobre um teste que fizeram recentemente com o *ChatGPT*, colocando o *chatbot* para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com uma pontuação de 612,3 nas provas objetivas, o sistema se sairia melhor que 78,9% dos candidatos. Segundo o *DataFolha*, do *Jornal Folha de São Paulo*, em abril de 2023, o *ChatGPT* se sairia melhor que 98,9% dos estudantes em Ciências Humanas, e que 95,3% daqueles que optaram pela área de Linguagens e Códigos. Seu maior desafio seria melhorar a

performance na área de Exatas, já que, na Matemática, a inteligência artificial superaria apenas 27% dos participantes. “Não é porque eu sou da área de computação, mas é um tema que está mobilizando diversos pesquisadores no campo da educação para olhar para os efeitos dessa tecnologia no contexto da formação e da educação em nosso país”, diz.

Debates

E será que é possível encarar o futuro sem se pensar nas tecnologias digitais? Os entrevistados pela Poli pensam que não, mas é necessário que se leve em conta aspectos amplos. “Acho que não dá para ter esse caráter muito mistificador, acreditar completamente na propaganda, no marketing em torno dessas ferramentas, assim como não dá para se negar a dialogar com elas, entender o que elas trazem e rechaçá-las. Mas é preciso saber que tecnologia hoje é cada vez mais privatizada pelo capital e cada vez mais trabalhada pela exclusão e o aprofundamento de desigualdades. É preciso que os estudantes compreendam



como funcionam essas ferramentas, suas engrenagens, seu contexto de produção e o que podemos com elas e além delas. Não dá para debater essas questões sem pontuar isso”, reforça Carolina.

Já para Paulo Boa Sorte, não há como correr das novas invenções porque elas, inevitavelmente, serão incorporadas ao cotidiano. “Um dia desses mandaram para mim, no Instagram, uma reportagem do Jornal Hoje, de 1983, falando sobre o surgimento dos caixas eletrônicos, como iriam funcionar os cartões dos bancos, que o dinheiro de papel não ia mais ser possível. Tem esse tom extremista nessa reportagem”, conta. “Alguns colegas temem, outros resistem às tecnologias. Isso não quer dizer que sejam profissionais ruins, mas de forma geral, o desconhecido tende a assustar. Isso não só na profissão de professor. O caminho, sem dúvidas, é entender as possibilidades desse novo. Buscar dialogar com os pares, fazer curso de formação continuada, ler a respeito. Se inteirar das discussões, porque, sem dúvida, essas tecnologias vieram para ficar”, reflete o professor da UFS.

Mariano Pimentel reforça que, quando se fala em Inteligência Artificial, deve haver um investimento na capacidade de reflexão, na crítica, na capacidade de duvidar da resposta, de fundamentar uma informação, de procurar várias fontes. Segundo ele, o desafio que está posto é da educação, inicialmente, repensar as práticas, mas também mudar a concepção que se tem dos alunos. “Os nossos alunos eram vistos até então como tábulas rasas para os professores preencherem de conteúdo. Claro que esta é uma visão, nem todo professor pensa isso dos alunos, mas é uma denúncia já feita por Paulo Freire, há 50 anos. Ele chamava isso de educação bancária, aquela em que você nem conversava com os alunos. Hoje, penso que o ChatGPT nos instiga a pensar numa educação que valorize a autoria dos alunos, o ato de conversação e diálogo, o ato de pesquisa e outras formas de se pensar o aluno, não como uma tábua rasa, mas como um ser que tem história de vida e formação, que tem interesses e que é um sujeito, um autor que escreve junto com inteligências artificiais, inclusive”, diz.

O professor da UFS, Paulo Boa Sorte, afirma que a Educação a Distância tem sido evidenciada com a criação de videoaulas, exercícios de fixação e testes de avaliação, que podem, até mesmo, ser corrigidos de forma automática por múltipla escolha. “Mas essa não é a maneira como eu entendo a educação. Eu acho que a educação é mui-

to, muito mais complexa do que assimilar conteúdo. Ela é uma oportunidade de conviver com a diferença, de formar as identidades, aprender a conviver e aprender a ser quem você é. Uma chance para aprender a trabalhar com os outros, se posicionar, desenvolver o pensamento crítico, criar coisas, se expressar. São processos autorais que também exigem que sejam compartilhados, tensionados, negociados no contexto de uma turma. Portanto, a educação é muito mais ampla”, diz. “Na minha concepção de educação, a inteligência artificial entra como um dos elementos dessa gama de coisas que acontecem em uma sala de aula, de sistemas, de atividades, de currículos, de sujeitos e de processos formativos”, frisa.

A professora-pesquisadora Viviane Soares reitera que cabe ao professor pautar a tecnologia, e não o contrário, e que a prática docente não pode se distanciar das lutas sociais e dos efeitos dessas lutas nas disputas de sentido entre diferentes valores civilizatórios e projetos societários. “Uma formação humana consiste em nos fazer todos – estudantes e professores – compreender a relevância de processos discursivos, históricos, sociais para nosso modo de significar. É importante deixar claro, por fim, que a tecnologia não deve ser excluída das discussões numa perspectiva emancipatória. Também não devemos estabelecer com ela uma relação de competição”, afirma. Carolina complementa que a suposta defasagem de algumas escolas na questão de estruturas que deem conta das novas tecnologias não chega a ser sua maior preocupação. “Minha maior questão é a defasagem em torno de uma formação que, de fato, forme sujeitos de conhecimento capazes de produzir e não apenas de reproduzir conhecimento. Os *chatbots* não criam conhecimento, eles juntam o conhecimento. Neste ponto, a gente pode pensar na questão do plágio, da autoria, e na repetição baseada em critérios obscuros para a seleção de fontes de informação, que vão alimentar essa ferramenta. Então, na verdade, a preocupação é para não formarmos repetidores de informação a partir dos *chatbots* e sim, produtores de conhecimento. Esse é o principal ponto”, conclui. ●

Ensino propedêutico

A palavra “propedêutico” vem de “introdução” e busca fornecer fundamentos sobre determinado conhecimento, de forma mais generalista. A palavra não se refere a um conteúdo fechado e varia de acordo com a área do conhecimento ou divisões por segmento de ensino. “O propedêutico pode ter o sentido de uma apresentação geral, de um curso, por exemplo, de farmácia. E o propedêutico aí seria aquilo que é como um leque. Você faz uma apresentação do que comporia a farmácia como se fosse a base”, diz Ocimar Alavarse, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Com a Reforma do Ensino Médio, o termo ficou mais frequente e pode ser entendido como o conhecimento de base para formações subsequentes. “O ensino médio tem duas funções propedêuticas: a de preparar o estudante para uma escolaridade mais longa e a de oferecer a base dos conteúdos científicos para ingresso no mundo do trabalho, para exercer sua cidadania e o pensamento crítico”, diz a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e ex-presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), Lucília Lino.

O termo também é utilizado para diferenciar disciplinas regulares daquelas oferecidas pelo ensino profissional técnico. No primeiro caso, podemos pensar em português, matemática, física, biologia, história, sociologia e filosofia, entre outras. Já as disciplinas do ensino técnico variam conforme o curso, e fazer uma comparação entre os conteúdos é uma boa maneira de entender o conceito de propedêutico no ensino médio. “Os conteúdos são os mesmos, mas a forma de abordá-los é diferente”, diz Evelize Mínuzzi, pesquisadora e professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Farroupilha (IFRS - Farroupilha). Ela exemplifica essa união com o conteúdo ensinado no curso para técnico agrícola. “Na primeira disciplina de ‘Agricultura’, eles precisam articular os conhecimentos básicos da biologia sobre vegetação, da química para identificar a interferência do nitrogênio e do carbono no solo, da geografia para situações de erosão”, diz.

Apesar de fazer essa diferenciação conceitual, Evelize reforça que o currículo é elaborado de forma conjunta pelos professores a cada ano. “Não adianta ter a disciplina de solos no primeiro ano e aprender sobre erosão apenas no terceiro. Então, os professores têm os seus conteúdos específicos, mas eles dialogam com as outras disciplinas para saber qual é a área de integração da disciplina dele para o curso naquele ano”, diz. Ela acrescenta que

essa correlação não é apenas entre disciplinas das ciências da natureza, mas também entre ciências humanas, sociologia, história e filosofia. Ao contrário dos estudantes do ensino médio regular, ou seja, que cursam apenas as disciplinas propedêuticas, os alunos do ensino profissional da rede federal não tiveram a carga horária reduzida e, além da escolha do itinerário, mantêm o conhecimento geral do ensino médio.

A professora destaca que a opção do curso técnico não está necessariamente ligada à carreira profissional que o estudante seguirá após concluir os estudos. “Quando eles terminam o curso, você conclui que a maioria não foi para a área. E isso não quer dizer que o curso seja ruim. É que a maioria experimentou outras coisas e percebeu com o que se identifica mais. Nossa preocupação é ampliar o leque de conteúdos, de experiências. Por isso, a formação integral inclui a parte cognitiva, cultural e humana”, diz.

Mesmo sem estar associado ao ensino técnico, mas dentro do ensino médio integrado – aquele que integra dimensões do trabalho, ciência e cultura – podemos pensar o conceito de propedêutico a partir de situações concretas, exemplifica o professor e pesquisador Matheus Castro, do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Conteúdos complexos como funções de logaritmo ficariam mais fáceis de serem compreendidas caso fossem trabalhados com funções estatísticas. “Observamos a formação de tendências com os números quando pensamos na situação econômica, taxa de juros, inflação, aumento de custo no supermercado. Da mesma maneira que podemos pensar química e biologia ao cozinhar”, exemplifica. O raciocínio também é válido

para a área de Humanas. O conteúdo de história sobre populações muito distantes pode ficar mais atrativo ao tratar de seus impactos nos dias de hoje. Por exemplo, os Fenícios, habitantes na Tunísia 1.500 anos antes de Cristo, são o primeiro povo a usar extensamente o alfabeto. “O estudante tem dificuldades de absorver os conhecimentos gerais a partir de abstrações, em especial quando não há afinidade com o tema”, completa Matheus.

Como os currículos são definidos?

A decisão de quais conteúdos devem ser abordados nas salas de aula de ensino médio está prevista em documentos de âmbito federal, anteriormente, pelas Diretrizes Nacionais Curriculares e, desde 2020, também pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além de orientar os currículos, esses documentos são responsáveis por orientar os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), livros distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) a todos os estudantes de escolas públicas. O próximo edital para livros do ensino médio será lançado em 2024.

Com implementação de caráter obrigatório desde 2022, a BNCC modificou consideravelmente a estrutura curricular das escolas ao aglutinar as disciplinas em grandes áreas: ciências da natureza, matemática, linguagens e ciências humanas. “Antes da nova base, as diretrizes determinavam o que era fundamental em cada nível de ensino e, a partir daí, as redes estaduais construíram seus documentos curriculares, contemplando as diferenças regionais. A rede de ensino do Pará é diferente da rede do Rio Grande do Sul, da

Bahia e do Rio de Janeiro”, diz a professora da Uerj. Para Matheus Castro, essa diversidade é fundamental para a compreensão dos conteúdos gerais. “A matemática só vai ser devidamente compreendida quando for contextualizada com a particularidade da realidade na qual o estudante vive. Então, o currículo precisa ser diverso para ser um comum sólido”, diz o professor do Colégio Pedro II, explicando que, apesar das diferenças regionais, os conteúdos ministrados eram essencialmente os mesmos em todo o país.

Já a BNCC detalha os conteúdos a serem ministrados sem atribuí-los a disciplinas específicas e exige um conjunto de competências e habilidades socioemocionais que devem ser ensinadas aos estudantes. “A BNCC não é uma orientação curricular, e um currículo mínimo e um conjunto de competências e habilidades que devem ser ensinados e aprendidos pelos estudantes”, explica Lucília. Ela acrescenta que não se trata de negar a necessidade de modificações, mas as discussões que ocorriam estavam centradas em como despertar mais interesse. “Essas mudanças no ensino médio estavam mais atreladas à metodologia, em como torná-lo mais dinâmico e atraente, sem tirar o direito de aprendizagem desses conteúdos”, avalia.

Ocimar explica que a decisão dos conteúdos a serem ministrados é tomada, geralmente, por um conjunto de especialistas das áreas, em conversa com professores que estão nas salas de aula. No entanto, como mostraram matérias da Revista Poli e Portal EPSJV sobre as discussões a respeito da elaboração da BNCC, essa discussão ampla passou a ser bastante restrita. O processo levou à renúncia, em outubro de 2018, de César Callegari, presidente da Comissão de avaliação da BNCC do Conselho Nacional

de Educação (CNE), responsável por elaborar a nova BNCC. Em sua carta de renúncia, Callegari propôs que a BNCC fosse rejeitada. “Seus problemas são insanáveis no âmbito do CNE. Ela precisa ser refeita. Quanto aos trabalhos do CNE e, particularmente, os da Comissão Bicameral da BNCC, proponho uma imediata revisão da estratégia de estudos e debates, com a suspensão do ciclo de audiências públicas e a organização de uma ampla agenda de diálogos em profundidade com os diferentes setores da educação nacional”, escreveu ele quando deixou a presidência da comissão, um ano antes da proposta ser aprovada sem a revisão sugerida pelo ex-presidente e esperada por diversas entidades da área da educação, como a própria Anfope, a Campanha pelo Direito à Educação e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Antes da BNCC ser aprovada, outra mudança já estava prevista pela Lei 13.415/17, a Reforma do Ensino Médio. A Reforma reduz a carga horária de conteúdo comum de 2400 para 1800 horas e coloca apenas Português e Matemática como disciplinas obrigatórias nos três anos do EM. O restante da carga horária - 1200 horas - será preenchido por cinco itinerários de aprofundamento: Ciências da Natureza, Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Matemática e Formação Técnica e Profissional. O corte na carga horária comum e a divisão em itinerários coloca o ensino propedêutico em um momento de impasse no entender do professor da USP. “O ensino médio antes da reforma, por essa natureza propedêutica, era a base para a organização dos vestibulares e do Enem. O que vai ser comum a todas as escolas de ensino médio no Brasil? Língua Portuguesa e Matemática. Os outros componentes vão variar, por escola, por rede. Sendo assim, se a reforma vingar, vai ser um desafio estabelecer o que é conteúdo de base”, diz Ocimar.

Consequências no Enem

Diante das críticas e mobilizações contrárias à Reforma do Ensino Médio, o governo revogou a portaria do calendário de implementação da legislação, o que, na prática, adia, para 2024, apenas a data do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) baseado na Reforma do Ensino Médio, que não será aplicado em 2023, quando a prova ainda seguirá as diretrizes anteriores à Reforma. Os especialistas consultados por essa reportagem colocam alguns problemas para essa mudança. Um deles é que boa parte dos estudantes não realiza o Enem no mesmo ano de conclusão do ensino médio. Cerca de 40% dos inscritos têm 19 anos ou mais, com destaque para a faixa de 21 a 30 anos, que responde por 20%, mostram os dados divulgados no final de junho pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). “Se

eu quero escolher quem vai ter acesso à educação superior com base no conhecimento do ensino médio, eu tenho que levar em conta esse conhecimento que foi trabalhado”, diz Ocimar. Para o professor da USP, ainda que haja diferenças entre o conteúdo ministrado pelas escolas e a matriz do Enem, qualquer professor das disciplinas correspondentes pode reconhecer o conteúdo cobrado no exame e discutir a matriz solicitada. “Agora, se você começar a trabalhar numa eventual nova matriz com relação ao ensino médio para o Enem, eu já não sei como será o quadro. Uma hipótese é que, por exemplo, o Enem tenha só itens de língua portuguesa e matemática”, especula.

Dentro da hipótese que conteúdos específicos sejam cobrados, Matheus Castro lembra que a possibilidade de escolha de itinerários por parte dos estudantes não tem sido concretizada pelos estados e irá variar de acordo com a capacidade das escolas. Isso significa que alguém que pretenda cursar engenharia, mas não teve a possibilidade de cursar esse itinerário em sua escola, terá um grau de dificuldade muito maior para responder a questões específicas sobre este itinerário não ofertado pela sua escola. “A consequência é que essa pessoa vai sair absolutamente prejudicada”, diz Matheus. Diante da redução de conteúdo propedêutico com a reforma do ensino médio, Ocimar diz que é falso o argumento de que a reforma tornará o ensino médio mais convidativo aos jovens e com maior possibilidade de escolha. “É uma diversidade que traz uma enganação para a juventude. Nós, adultos, temos que ter responsabilidade com os estudantes de ensino médio e incentivá-los a estudar e ter contato com essa série de conhecimentos”, finaliza o professor da USP.

AGOSTO LILÁS

Agosto é o mês de combate à violência contra a mulher. As iniciativas já aconteciam em diversos municípios e estados por conta da criação da Lei Maria da Penha neste mesmo mês, em 2006. A partir de 2023, a campanha é oficialmente nacional, com a aprovação da Lei 14.448, em setembro de 2022. Já a cor, símbolo da luta feminina por direitos, foi usada pela primeira vez pelas defensoras do voto feminino na Inglaterra, em 1908.

Marco da defesa da mulher contra violações, a Lei Maria da Penha tipifica essa violência de diferentes formas:

VIOÊNCIA FÍSICA:

qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

VIOÊNCIA PSICOLÓGICA:

sofrer ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante ou qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima;

VIOÊNCIA SEXUAL:

sofrer constrangimento para presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força;

VIOÊNCIA PATRIMONIAL:

sofrer retenção, subtração e destruição total ou parcial de bens, documentos pessoais ou recursos econômicos;

VIOÊNCIA MORAL:

sofrer calúnia, difamação ou injúria.

Apesar de quase duas décadas de legislação, os números da violência continuam crescendo, de acordo com a edição de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com dados referentes a 2022:

- . A ofensa verbal, como insultos e xingamentos, foi o tipo de violência relatada com maior frequência, por 14,9 milhões de brasileiras (23%);
- . 14 mulheres foram agredidas fisicamente, por minuto, com tapas, socos e chutes;
- . Os relatos de perseguição foram feitos por 8,7 milhões de mulheres (13,7%);
- . Um dos dados mais preocupantes é o aumento das ameaças com faca ou arma branca. Foram 3,3 milhões de vítimas (5,1%) - o dobro do registrado na pesquisa anterior, com dados referentes à 2021;
- . 3,4 milhões de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento - 5,4% ante a 2,4% do último Anuário;
- . Cerca de 5,8 milhões de brasileiras (9%) sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais - número três vezes maior em relação à pesquisa anterior.

Já pensou em ficar sabendo de tudo que acontece na Poli em tempo real?

Nas nossas **redes sociais**, você pode acompanhar diariamente todas as **novidades** sobre a Escola, informações sobre saúde, trabalho e educação, além de destaques da área Educação Profissional em Saúde!

40K

Somados, nossos perfis no **Instagram** (@epsjv_fiocruz), no **Facebook** (@EPSJVFiocruz) e no **Twitter** (@EPSJVFiocruz), já contam com quase **40 mil seguidores!**

Siga nossas redes para ficar por dentro do dia-a-dia na Poli: cursos e seus calendários de inscrição; notícias; reportagens; publicações científicas; projetos; trabalhos e pesquisas. E você ainda conhece quem são os **trabalhadores e estudantes** que transformam a nossa Escola em um espaço de **produção da ciência** seguindo os princípios da **educação politécnica antirracista** todos os dias.

Venha conhecer mais nosso trabalho!